



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
REITORIA

**RESOLUÇÃO Nº 02 DO CONSELHO SUPERIOR,
DE 07 DE JANEIRO DE 2025.**

APROVA o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de Educação a Distância, nos campi Santa Maria da Boa Vista e Salgueiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no uso de suas atribuições legais, conforme Decreto Presidencial de 16/05/2024, publicado no D.O.U. nº 95, de 17/05/2024, Seção 2, RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de Educação a Distância, nos campi Santa Maria da Boa Vista e Salgueiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

JEAN CARLOS COELHO DE ALENCAR
Presidente do Conselho Superior

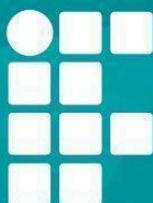
PUBLICADO NO SITE INSTITUCIONAL EM: 07/01/2025.

PPC

Projeto
Pedagógico
do Curso

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano

PPC Projeto Pedagógico do Curso

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

IFSertãoPE

*Campus Santa Maria da Boa Vista e
Campus Salgueiro*

Autorizado pela Resolução n° _____ do Conselho Superior de _____ de _____ de 20____.

Reformulado/Atualizado pela Resolução n° _____ do Conselho Superior de _____ de _____ de 20____, entrando em vigor para as turmas ingressantes, a partir do _____ semestre de 20____. *(P/ cursos ofertados há algum tempo)*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Camilo Sobreira de Santana
Ministro(a) da Educação

Marcelo Bregagnoli
Secretário(a) da Educação Profissional e
Tecnológica

Jean Carlos Coelho de Alencar
Reitor(a) do IF Sertão-PE

Rafael Santos de Aquino
Pró-Reitor(a) de Ensino

Adeísa Guimarães Carvalho
Pró-Reitor(a) de Extensão e Cultura

Francisco de Assis de Lima Gama
Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Inovação e
Pós-Graduação

Klemmerson Amariz Gomes
Pró-Reitor(a) de Desenvolvimento Institucional

Fabírcia Nadja de Oliveira Freire
Pró-Reitor(a) de Orçamento e Administração

Vanicleia Oliveira da Silva
Diretor(a) Geral do Campus Santa Maria
da Boa Vista

Deivid Andrade Porto
Chefe(a) do Departamento de Ensino do
Campus Santa Maria da Boa Vista

Rônero Márcio Cordeiro Domingos
Diretor(a) Geral do Campus Salgueiro

Handherson Leylton Costa Damasceno
Chefe(a) do Departamento de Ensino do
Campus Salgueiro

Eudis Oliveira Teixeira
Diretor(a) de EaD | Coordenador-Geral
UAB | IFSertãoPE

Patrícia Barcelos

Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica

Sandra Grutzmacher

Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

Marcelo Bregagnoli

Secretário(a) da Educação Profissional e Tecnológica

Simone Medeiros

Coordenadora da Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT e do Curso de Pós-Graduação (lato sensu) em Docência na EPT

Rafael Santos de Aquino

Pró-Reitor(a) de Ensino

Ana Clara Ribeiro Dara

Flávia Helena Saraiva Xerez

Renata Oliveira de Barcelos

Simone Medeiros

Equipe Técnica da CGPA

Denise Pires de Carvalho

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Antonio Carlos Amorim

Diretor de Educação a Distância (Capes)

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação-Geral de Articulação de Programas e Cursos EaD (Capes)

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Articulação de Programas e Cursos EaD (Capes)

Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação de Programas, Cursos e Monitoramento em EaD (Capes)

Bruno Teles Nunes

Coordenação-Geral de Apoio Financeiro a Programas e Cursos EaD (Capes)

Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Execução e Acompanhamento Financeiro (Capes)

Cid Luiz Carvalho de Medeiros

Coordenação de Concessão e Monitoramento de Bolsas (Capes)

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica

Clarice Monteiro Escott

Reginaldo Plácido

Wanderley Brito

Coordenadores/as do Projeto Recursos Educacionais Digitais para Formação Profissional e Tecnológica na Contemporaneidade do Prosa/Lantec/UFSC

Marcelo Gules Borges

Elizandro Maurício Brick

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Coordenadora de Educação Profissional e Tecnológica

Lucília Regina de Souza Machado

Colaboradora da Setec/MEC

Simone Medeiros

Colaboradores/as do Prosa/LANTEC/CED/UFSC

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Diego França Vieira

Elizandro Maurício Brick

Francisco Fernandes Soares Neto

Jorge Lucas Simões Minella

Laura Alves

Leandro Peres de Oliveira

Marcelo Gules Borges

Valquíria Machado Cardoso Weiss

Elaboração da Versão de Implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica no IFSertãoPE

Alain Prost Medeiros de Moraes

Albenir Rodrigues da Cruz

Ana Patrícia Frederico Silveira

André Ricardo Lucas Vieira

Danielle do Nascimento Lins

Eliza Georgina Nogueira Barros de Oliveira

Eudis Oliveira Teixeira

Max Robson Oliveira Santos

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	9
2.1 Identificação da Instituição e Base Legal	12
2.2 Características Socioeconômicas e Culturais da Região	12
3. IDENTIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA DO CURSO	13
3.1 Quadro resumo de identificação do curso	13
3.2 Justificativa da Oferta do Curso	14
3.3 Objetivos	17
3.3.1 Geral	17
3.3.2 Específicos	17
3.4 Público-alvo	18
3.5 Perfil Profissional de Egresso	18
3.6 Estrutura Curricular e Base legal	20
3.6.1 Referenciais políticos e legais	20
3.6.2 Princípios Pedagógicos	21
3.7 Matrizes Curriculares, Quadro e Tabela	31
3.8 Metodologia	32
3.8.1. Princípios metodológicos	32
3.8.2 Estratégias	34
3.8.3 Desenho Instrucional	35
3.8.4 Materiais Didáticos	35
3.9 Avaliação da Aprendizagem	36
3.10 Atividades Complementares	38
3.11 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	38
3.11.1 Sobre o Plano de Formação e o Relatório de Formação	40
3.11.2. Orientações procedimentais	41
3.13 Critérios de Aproveitamento de Estudos e/ou Validação de Competências	43
3.14 Ementas	44
3.14.1 Unidades temáticas do núcleo comum	44
3.14.2 Unidades temáticas do núcleo específico	53
3.15 Certificação	72
3.16 Ações Decorrentes do Processo de Avaliação do Curso	72
3.17 Políticas Institucionais no âmbito do curso	72
3.17.1 Atendimento aos discentes	72
4. CORPO DOCENTE E TÉCNICO	74
4.1 Coordenação do Curso	74
4.3 Colegiado do Curso	74
4.4 Corpo Docente	74
4.5 Corpo Técnico de Apoio ao Ensino	75
4.6 Tutor	76
4.7 Equipe Multidisciplinar	77
5. INFRAESTRUTURA	78
5.1 Infraestrutura física	78
5.1.1. Polos de apoio	78
5.1.2. Campus Salgueiro	78

5.1.3. Santa Maria da Boa Vista	80
5.2 Infraestrutura digital	81
5.3 Biblioteca Física e/ou Virtual	82
5.3.1. Campus Salgueiro	82
5.3.2. Santa Maria da Boa Vista	83
5.4 Atendimento Educacional Especializado - AEE	83
5.5 Acessibilidade	84
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade de Educação a Distância, incluído na área de Educação, código 70800006, e na subárea Ensino Profissionalizante, código 70807078, da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Este curso é uma ação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica, destinada a estabelecer princípios e objetivos para programas e ações de profissionais para atuação na EPT, a serem implementados em regime de colaboração entre os sistemas de ensino em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Nesse sentido, dois outros cursos de pós-graduação lato sensu serão oferecidos também na modalidade a distância, cuja organização curricular é compartilhada e se compõe de 02 (dois) núcleos, denominados comum e específico. O núcleo comum integra os três cursos, enquanto o núcleo específico é destinado a abordar as particularidades de cada curso.

O Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, em sua nova edição, integra a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT (Brasil, 2024), em consonância com o Decreto nº 8.752/2016, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

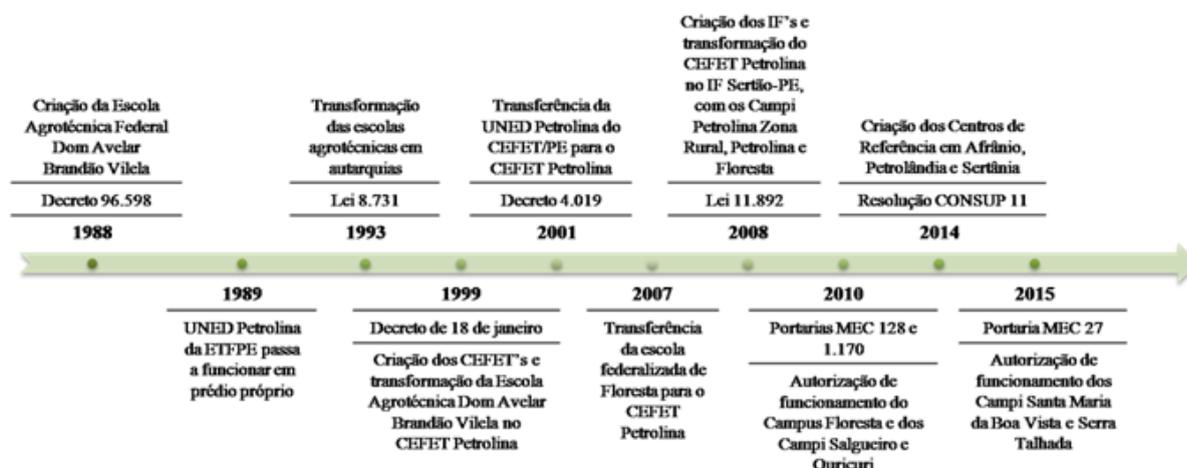
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, sob supervisão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Regido por seu Estatuto, Regimento e Organização Didática, bem como pelas legislações vigentes, o IFSertãoPE integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT, composta por 41 unidades distribuídas pelo país, incluindo Institutos Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica, Universidades Tecnológicas e o Colégio Pedro II.

Sua origem remete à Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, estabelecida pelo Decreto nº 96.598, de 25 de agosto de 1988, para o ensino de 2º grau profissionalizante, tornando-se uma Autarquia Federal, conforme a Lei nº 8.731 de 16 de novembro de 1993. Mediante o Decreto Presidencial de 26 de novembro de 1999 (DOU nº 227-A, de 26 de novembro de 1999), transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina (Cefet-Petrolina), em conformidade com a legislação pertinente. Reconhecido como Instituição de Ensino Superior (IES) pelos Decretos nº 5.225 e nº 5.224 de 2004, o CEFET-Petrolina reformulou seu estatuto e elaborou seu Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI para atender aos objetivos legais estabelecidos.

Com o Decreto nº 4.019, de 19 de novembro de 2001, a Unidade Descentralizada de Ensino de Petrolina (Uned), vinculada ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (Cefet-PE), foi integrada ao Cefet-Petrolina, ampliando sua estrutura para abranger dois Campi distintos: a Unidade Agrícola (antiga Escola Agrotécnica, atual Campus Petrolina Zona Rural); e a Unidade Industrial (antiga Uned, atual Campus Petrolina).

Com a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, surgiu o IFSertãoPE. Contudo, somente em 2009, o Campus Petrolina estabeleceu sua primeira Coordenação de Educação a Distância, formalizada pela Portaria nº 96/2010, como Comissão Permanente. Desde então, a referida instituição tem progressivamente expandido suas atividades nessa modalidade, oferecendo uma diversidade de cursos que vão desde o nível técnico até a pós-graduação, através de parcerias com outras instituições de ensino.



Fonte: INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO, 2017.

Sua estrutura organizacional é composta pela Reitoria, unidade administrativa, e 7(sete) campi localizados nos municípios de Floresta, Ouricuri, Petrolina, Petrolina (Zona Rural), Santa Maria, Serra Talhada e Salgueiro. A Reitoria é formada pela Diretoria Executiva e por 5(cinco) pró-reitorias que representam os principais eixos de atividades: Pró-Reitoria de Ensino (Proen), Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Propip), Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proext), Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi) e Pró-Reitoria de Orçamento e Administração (Proad). As Pró-reitorias se estendem em Diretorias, Departamentos, Coordenações e, ou setores, contando com pouco mais de 1.000 servidores (aproximadamente 56% de técnicos-administrativos e 44% de professores). Dos professores: 40% são doutores, 54% são mestres e 6% são especialistas. Dos técnicos-administrativos: 4% são doutores, 30% são mestres e 46% são especialistas.

Atualmente, desenvolve suas atividades acadêmicas nos Eixos Tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação; Gestão e Negócios, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Produção Industrial, bem como nas Áreas do Conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Engenharias, Linguística, Letras e Arte perpassando os níveis de ensino e contemplando a verticalização.

Em 2014, o IF Sertão PE alcançou um marco ao iniciar a oferta de seus primeiros cursos técnicos na modalidade Educação a Distância (EaD). No ano de 2020, a instituição intensificou e diversificou suas atividades nessa área, implementando subprojetos e ações específicas para fortalecer essa modalidade educacional. Essas iniciativas envolveram desde a normatização e fluxo processual até a capacitação contínua dos profissionais envolvidos, além da criação de polos e da oferta de cursos compartilhados entre os diversos campi. Posteriormente, expandiu sua oferta para incluir cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em diversas áreas, como Agente de Desenvolvimento Socioambiental e Programador Web, ampliando assim suas opções educacionais.

Em 2023, destacou-se no IFSertãoPE o aumento significativo na adesão aos cursos de EaD, evidenciado pelo crescimento expressivo das matrículas em diversas áreas. Entre os cursos mais procurados estavam o Técnico em Segurança do Trabalho, Pós-colheita de Produtos Hortifrutícolas e Metodologias do Ensino de Línguas, assim como os de Graduação em Licenciatura em Matemática, Pós-Graduação em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação (TecDAE) e Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT), estes últimos oferecidos em colaboração com o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Durante esse período, o IFSertãoPE reforçou seu compromisso com a promoção da EaD por meio da realização de diversos editais de processos seletivos, garantindo transparência e incentivando o desenvolvimento profissional dos participantes. Além disso, a instituição investiu na contínua capacitação dos profissionais envolvidos na EaD, proporcionando cursos específicos para prepará-los a enfrentar desafios e adquirir as competências necessárias para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo ambiente dinâmico e em constante evolução da Educação a Distância.

Em 2024, a Diretoria de Educação a Distância (DEaD) do IFSertãoPE foi contemplada com novas vagas para cursos na modalidade EaD, por meio de uma parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), coordenada pela CAPES. Essa oferta, válida até 2026, contempla um total de 2400 vagas distribuídas em 10 cursos, sendo 1050 destinadas à graduação e 1350 à pós-graduação.

O IFSertãoPE busca, por meio de suas ações, promover uma educação sistêmica e integrada, interiorizando o conhecimento e popularizando a ciência e a tecnologia. Seus esforços estão voltados ao desenvolvimento de arranjos produtivos, sociais e culturais locais, com o objetivo de reduzir desigualdades sociais tanto inter-regionais quanto intrarregionais. Para isso, além de oferecer formação profissional e realizar pesquisas aplicadas, o instituto desempenha um papel transformador na realidade educacional e social das regiões atendidas.

Particularmente na modalidade EaD, o IFSertãoPE tem ampliado seu alcance, contribuindo para o desenvolvimento de diversas localidades. Através de parcerias com polos distribuídos no estado, a instituição não apenas atende à região do Submédio São Francisco, mas também promove formação crítica, ética e cidadã para alunos de diferentes contextos, consolidando-se como um agente fundamental para a democratização do ensino.

2.1 Identificação da Instituição e Base Legal

Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)	
CNPJ: 10.830.301/0001-04	Contato: (87) 2101-2350
Endereço: Rua Aristarco Lopes, 240 – Centro, CEP: 56302-100, Petrolina/PE - Brasil	
Site institucional: www.ifsertao-pe.edu.br	
Base Legal: Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.	

2.2 Características Socioeconômicas e Culturais da Região

O Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) tem sua atuação concentrada nos municípios da Região do Submédio do São Francisco, localizada entre os estados de Pernambuco e Bahia. A região é caracterizada por um clima semiárido, com vegetação predominante de caatinga. Apesar das condições de sequeiro, o Vale do São Francisco, que corta a área, permite a irrigação e impulsiona a agricultura local, com destaque para a produção de frutas tropicais.

Petrolina, cidade sede do IFSertãoPE, é um exemplo de município com economia fortemente voltada para a agricultura irrigada, destacando-se também pela produção de vinhos e sucos de uva, um setor que tem se expandido continuamente, contribuindo para a diversificação econômica da região. O comércio e os serviços, especialmente os relacionados ao setor agrícola, como o comércio de frutas e vinhos, também são essenciais para o desenvolvimento socioeconômico da área.

Apesar dos avanços na economia local, a região do Submédio do São Francisco ainda enfrenta desafios significativos, como a desigualdade de renda e o acesso limitado a serviços essenciais, especialmente para as populações mais carentes. Embora existam programas sociais e iniciativas governamentais voltados para melhorar a qualidade de vida, há a necessidade de soluções formativas que favoreçam o desenvolvimento sustentável da região.

Nesse contexto, o IFSertãoPE, com sua missão voltada para a educação técnica e tecnológica, se destaca como uma solução estratégica para promover o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais. A instituição, além de oferecer formação profissional e desenvolver pesquisas aplicadas, também desempenha um papel fundamental na transformação social e educacional da região, através da oferta de cursos em diversos níveis e modalidades, e programas voltados para a formação crítica, ética e cidadã dos seus alunos.

3. IDENTIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA DO CURSO

3.1 Quadro resumo de identificação do curso

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
Denominação do curso	Curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante
UA Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE CNPJ: 10.830.301/0001-04 Natureza jurídica: Autarquia Federal Base Legal: Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Endereço: Rua Aristarco Lopes, nº 240, Centro - Petrolina-PE, CEP: 56.302-100. Telefone: (87) 2101-2350 Página institucional na internet: https://ifsertaope.edu.br/ E-mail: reitoria@ifsertao-pe.edu.br Código da IES no INEP: 1050461 Representante legal: Jean Carlos Coelho de Alencar
Endereço dos Campi ofertantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista BR 428, Km 90, Zona Rural – Santa Maria da Boa Vista/PE – CEP: 56380-000 Telefone: (87) 99952-8816 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Salgueiro BR 232, Km 504, sentido Recife, Zona Rural – Salgueiro/PE – CEP: 56000-000 Telefone: (87) 98119-2921
Polos	Vinculados à Universidade Aberta do Brasil. Podem variar conforme interesse da instituição financiadora.
Modalidade de oferta	Educação a Distância
Tipo de curso	Pós-Graduação Lato Sensu
Nº de vagas	300

C/h total do curso (horas)	360
Duração do curso	18 meses
Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	-
Requisito e forma de acesso	Profissionais com diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). O ingresso será por meio de processo seletivo simplificado.
Periodicidade de oferta	Editais Capes/UAB
Ato de criação do curso	-
Título a ser conferido	Especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica
Sistema de organização	Núcleo Comum, Núcleo Específico e TCC. Subdivisão em módulos e unidades temáticas.
Início da oferta	2025

3.2 Justificativa da Oferta do Curso

O mundo atual caracteriza-se pela fragmentação e pela dispersão da produção econômica, pela hegemonia do capital financeiro, pela rotatividade de mão de obra, pela obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias, pelo desemprego estrutural, pelas desigualdades, causando exclusão social, econômica e política.

Para além desses aspectos, a sociedade contemporânea é marcada por uma descentralização do poder, com ênfase na multiplicidade e na diversidade de perspectivas e de identidades (Veiga-Neto, 2007). Esse entendimento abre a discussão sobre a identidade das instituições de Educação Profissional e Tecnológica como lugares de construção de diálogos e compromissos com a educação pública, gratuita e de qualidade, compreendida como recurso necessário para a transformação dessa realidade.

Nessa direção, espera-se que uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), além de oportunizar o acesso a todos/as, seja também aquela de cuja construção todos/as possam participar, de modo que sua atuação social corresponda aos interesses mais amplos da sociedade. É preciso considerar, todavia, que a gestão das instituições de ensino de EPT se contextualize em um cenário sócio-histórico complexo, marcado por rupturas, contradições e desafios em relação às políticas públicas específicas para esse campo.

Assim, o exercício da gestão implica, além da inerente dimensão técnica, a necessidade de postura reflexiva e crítica por parte de quem a exerce, em relação

às questões políticas que desenham as relações de poder, com as diferentes instâncias da esfera pública, as instituições de EPT e a sociedade.

Fazer gestão na EPT implica enfrentar as contradições históricas que a constituem, fruto da divisão social de classes e da hegemonia do capital, e a consequente exclusão social, econômica e política, fundamentada na divisão social do trabalho.

Esse movimento impõe o enfrentamento da tensão entre o senso comum educacional, que defende a aplicação de métodos e de princípios da administração empresarial capitalista alinhada aos desígnios do mercado, em contraposição a uma concepção de cunho crítico-emancipatório, que considera a condição cultural e histórica do trabalho pedagógico e do papel social da escola, o processo pedagógico como sua especificidade e sua dimensão democrática como práxis social e política (Paro, 2010; 2020).

Assim, resignificar o papel e a práxis do/a gestor/a na EPT implica entender a sua condição política, redimensionando as relações sociais de poder no interior da escola e dela com a sociedade, construindo um processo de caráter eminentemente democrático. Nessa perspectiva, é fundamental a compreensão de que a gestão educacional e escolar na EPT carrega em si o compromisso de promover a participação ativa de estudantes, educadores/as e membros da sociedade no processo de tomada de decisões e na organização das instituições de ensino.

Considerando a gestão de uma instituição como mediação para a realização de determinados fins, não há como ensinar valores democráticos sem que as práticas institucionais estejam imbuídas nesses mesmos princípios e significados. Essa abordagem, comprometida com a transparência, com a inclusão, com a responsabilidade compartilhada e com o fortalecimento da comunidade educacional, visa possibilitar uma educação de qualidade e a formação cidadã dos/as estudantes.

Trata-se, portanto, do exercício da cidadania que possibilita a apropriação e a construção da instituição escolar como um território verdadeiramente público. Assim, a gestão na EPT deve estar voltada a possibilitar o engajamento de diferentes sujeitos na realização dos objetivos institucionais. Para Ângelo Ricardo de Souza (2009, p. 125), trata-se de

[...] um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas.

Sendo assim, a oferta do Curso de Pós-graduação lato sensu em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica com tais concepções se justifica, tendo em vista a necessidade de formação nessa área como uma oportunidade aos educadores e às educadoras que atuam ou que desejam atuar em espaços e em funções de gestão na EPT, para conhecimento, planejamento, implementação e acompanhamento de políticas e de processos da Educação Profissional e Tecnológica em instituições públicas.

No processo de formação para a gestão na EPT, o que se coloca é a necessidade de compreensão do referencial que sustenta a práxis crítica, reflexiva, democrática e emancipatória, tanto dos membros da comunidade escolar quanto da própria instituição, procurando superar a contradição que existe entre uma educação democrática e uma gestão puramente gerencial (Paro, 2010). É de fundamental importância que o/a gestor/a se apoie nos pressupostos da teoria crítico-dialética, relacionando-a com a prática social, e que esteja comprometido/a em resolver problemas da educação no contexto da escola, além de buscar atender aos interesses da classe trabalhadora e da transformação social (Veiga, 2018).

Considerando o caráter público da educação, a gestão democrática, portanto, demanda relações fundadas em regras de colaboração, corresponsabilidade e solidariedade entre os diferentes segmentos que constituem cada instituição. Trata-se, portanto, da gestão social que se contrapõe ao modelo de gestão estratégica das instituições mercantilistas, por meio da qual o processo decisório é exercido pela participação ativa e solidária dos diferentes sujeitos sociais, fundamentado na ação dialógica a fim de alcançar a integralidade da dimensão humana (Tenório, 1998, 2006). Esse diálogo coletivo, constituinte do modelo de gestão social das instituições,

vai significar que a legitimidade das decisões deve ter origem em espaços de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. Espaços onde se articulam diferentes atores que vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões de produção (Tenório, 2006, p. 1147).

Isso representa um grande desafio, na medida em que implica a mudança de lógica dos processos autoritários para um processo educativo de comprometimento e de construção da autonomia baseada no compromisso com os objetivos maiores da instituição. Como afirma Denise Leite (2005), a participação permite que os atores institucionais criem e recriem os processos constituintes de organização e de funcionamento em cada instituição.

Considerando os aspectos apontados, o que se propõe como percurso formativo é o aprofundamento da formação crítico-dialética em relação às dimensões científicas, sociais e políticas da EPT. Com isso, espera-se que os/as profissionais da educação possam ter acesso aos subsídios teóricos para planejar e desenvolver formas e estratégias de gestão das instituições de educação, de modo a constituir espaços educacionais que possibilitem a criação de condições para a formação integral do ser humano (Paro, 2010; Ramos, 2008).

Desse modo, o percurso formativo do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão na EPT estrutura-se a partir de uma concepção de gestão social participativa e dialógica, como possibilidade para a prática educativa emancipatória e autônoma, tanto dos membros da comunidade escolar quanto da própria instituição.

3.3 Objetivos

3.3.1 Geral

Promover o aprimoramento dos conhecimentos em Gestão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio de reflexões teórico-críticas e contextualizações práticas, considerando as especificidades dessa modalidade educacional e os compromissos com a educação pública emancipatória, na perspectiva da gestão democrática e participativa.

3.3.2 Específicos

1. Compreender os fundamentos de uma gestão escolar participativa e democrática.
2. Examinar as políticas públicas e a legislação educacional em uma perspectiva histórica e crítica e suas implicações para a oferta e para as condições de desenvolvimento da EPT.
3. Analisar as relações entre gestão pedagógica, administrativa e de pessoal, considerando os objetivos da escola e as práticas de organização e gestão com foco na melhoria da aprendizagem.
4. Conhecer ferramentas de gestão e formas de organização do trabalho escolar considerando preceitos democráticos, participativos e dialógicos em vista do planejamento acadêmico, da (re)elaboração de projetos pedagógicos e de planos de ensino e da avaliação institucional.
5. Discutir os aspectos dos ambientes social, cultural, econômico e político a serem considerados na configuração situacional de escolas que ofertam a EPT.
6. Refletir sobre a relação trabalho, sociedade e educação e suas implicações para a formação humana omnilateral, politécnica e emancipatória.
7. Estabelecer as relações entre teorias e práticas de gestão na EPT à luz da necessidade da formação humana integral e da relação com o mundo do trabalho.
8. Conhecer o teor das propostas de gestão pública educacional dos organismos multilaterais internacionais e suas implicações para a EPT brasileira.
9. Refletir sobre as relações de poder no cotidiano escolar considerando a perspectiva da gestão democrática e os compromissos da formação humana integral e emancipatória na EPT.
10. Analisar formas mediante as quais os gestores podem atuar na mobilização para o diálogo entre coletivos escolares na EPT, sobretudo para a elaboração compartilhada de propostas e estratégias orientadas por valores éticos de emancipação social.
11. Discutir formas de condução ao diálogo da escola com a comunidade externa, com as entidades de representação, com os sistemas de ensino e com o poder público.

12. Explicitar valores e normas do serviço público e a importância do controle social, das relações com os sistemas de ensino, comunidades e movimentos sociais para a efetivação da gestão democrática e participativa.
13. Compreender estratégias de inclusão social e educacional na EPT baseadas nos preceitos da igualdade, equidade e valorização das diversidades (culturais, étnicas, raciais, de gênero, orientação sexual, etárias, das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, regionais, territoriais, políticas e religiosas).
14. Verificar formas de fomento à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive por meio de políticas institucionais.
15. Discutir as conexões entre o planejamento acadêmico e a avaliação institucional como meio de efetivar a gestão democrática e participativa.
16. Averiguar formas pelas quais a gestão na EPT pode contribuir para atenuar os riscos da evasão e do abandono discentes e encorajar a permanência e o êxito escolares.

3.4 Público-alvo

Poderão participar do Curso de Especialização Gestão na Educação Profissional e Tecnológica profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), preferencialmente aqueles/as que atuam ou que pretendem atuar em espaços e funções de gestão na Educação Profissional e Tecnológica pública, em especial na direção e na vice-direção de escola, coordenação pedagógica, orientação educacional e supervisão de ensino, dentre outros.

3.5 Perfil Profissional de Egresso

O perfil profissional desejado para os/as egressos/as deste curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica está centrado no entendimento crítico de como agir, em face das complexas situações do mundo do trabalho, na gestão de instituições, coletivos de trabalho pedagógico e na implementação de políticas públicas concernentes a essa modalidade educacional. Isso pressupõe ter em vista:

- o conhecimento sobre como investigar o ambiente social, cultural, econômico e político em que se situa a escola;
- a compreensão das relações de poder, da importância da comunicação interna e externa à escola e do trabalho em equipe;
- o planejamento dialógico, a (re)elaboração de projetos pedagógicos e de planos de ensino, a avaliação institucional e a implementação de ferramentas de gestão e de novos processos de organização do trabalho escolar e pedagógico de forma democrática e participativa;
- a mobilização da capacidade de diálogo dos coletivos escolares para a elaboração compartilhada de propostas e estratégias destinadas a

enfrentar os desafios sociais, educacionais, econômicos e ambientais que surgem, pautadas pelos valores da ética e da emancipação social;

- a implementação de processos que visem à inclusão social e educacional, à igualdade e ao respeito às diversidades culturais (culturais, étnicas, raciais, geracionais, de gênero, orientação sexual, territoriais, políticas e religiosas e de pessoas com deficiência);
- a transparência na gestão dos recursos, privilegiando ampla discussão e decisão em relação à sua aplicação;
- a valorização dos membros da comunidade escolar, dando voz e escuta ativa aos/às estudantes e às suas representações, aos/às docentes, pais, mães ou responsáveis, funcionários/as técnico-administrativos e conselho escolar ou órgãos colegiados;
- o amplo diálogo com a comunidade, com as entidades de representação, com os sistemas de ensino e com o poder público;
- o comprometimento com os valores e as normas do serviço público, a cultura do controle social, a valorização das relações com os sistemas de ensino, as comunidades e os movimentos sociais, na perspectiva da gestão democrática e participativa;
- a participação da escola em redes de cooperação comprometidas com a expansão da EPT pública, democrática, inclusiva e emancipatória;
- a divulgação dos sucessos obtidos pelo coletivo da escola, seus/suas professores/as, estudantes e técnico-administrativos;
- as formas pelas quais a gestão na EPT pode contribuir para atenuar os riscos da evasão e do abandono discentes e encorajar a permanência e o êxito escolares.

3.6 Estrutura Curricular e Base legal

3.6.1 Referenciais políticos e legais

A oferta do Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade de Educação a Distância, está em conformidade com a legislação vigente no âmbito da Educação Nacional e do IFSertãoPE, a saber:

- [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- [Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016](#), que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- [Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015](#), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- [Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003](#), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências
- [Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008](#), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- [Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, de agosto de 2007](#), que define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de Educação a Distância;
- [Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017](#), que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- [Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017](#), que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior, bem como dos cursos superiores de Graduação e de Pós-graduação no Sistema Federal de Ensino.
- [Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018](#), que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, também denominados Cursos de Especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018](#), que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece Diretrizes e Normas para a oferta dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, também denominados Cursos de Especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021](#), que altera o Artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece Diretrizes e Normas para a oferta dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, também denominados Cursos de Especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

- [Resolução nº 13 do conselho superior, de 30 de março de 2021](#), que aprova o Regulamento dos Programas de Ensino em Educação a Distância no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSERTÃOPE.
- [Resolução nº 09 do conselho superior, de 24 de fevereiro de 2022](#), que altera o §1º do art. 31 da resolução nº 13, de 30 de março de 2021 do IFSERTÃOPE.
- [Instrução Normativa nº 11, de 19 de agosto de 2021](#), que estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração, produção e distribuição de material didático para cursos livres e regulares na modalidade a distância no âmbito dos campi e polos vinculados ao IFSERTÃOPE.
- [Instrução normativa nº 07, de 30 de março de 2021](#), que estabelece diretrizes e procedimentos para a oferta de cursos EaD com recursos institucionais e fomento no âmbito dos campi e polos vinculados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano –IFSERTÃOPE.

3.6.2 Princípios Pedagógicos

Além da referência legal, é preciso destacar que a Educação Profissional e Tecnológica faz parte de uma proposta de política pública de educação sintonizada com um projeto social emancipatório. Esta proposta, ao articular a oferta educacional (ampliada e interiorizada) com uma concepção histórico-crítica do processo educativo, busca a formação omnilateral dos sujeitos. A intencionalidade de tais políticas é a de que estas estejam vinculadas ao contexto social em que são implantadas e a de que a educação seja considerada

[...] não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Pacheco, 2011, p. 17).

Dessa maneira, as referências tecnicistas das diferentes versões históricas da Educação Profissional e Tecnológica à sua gestão, bem como seu objetivo limitado à formação/qualificação de mão de obra, são substituídas por uma visão humanista e vinculada aos problemas do mundo do trabalho contemporâneo. Nesse sentido, a proposta curricular do curso assume a concepção da EPT em uma perspectiva crítico-dialética e emancipatória. Para tanto, orienta-se pelos princípios que regem a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT definida pela Setec/MEC: a formação humana integral; o trabalho como princípio educativo; a prática social como produtora de conhecimentos; a indissociabilidade das dimensões do processo educativo; e os educandos como produtores de conhecimento (Brasil, no prelo, p. 22-28).

Formação humana integral

Em termos da formação humana integral, a gestão educacional e escolar da EPT pode contribuir para superar a divisão dos seres humanos entre os que pensam e os que executam e a hierarquia de conhecimentos subordinada à diferenciação das classes sociais.

A perspectiva de formação humana integral, no âmbito da EPT, requer que o trabalho de gestão educacional planeje e desenvolva, em conjunto com os profissionais da EPT, estratégias para superar os entraves relacionados aos investimentos financeiros, à estrutura física necessária para o funcionamento das atividades educacionais, ao desenvolvimento dos recursos tecnológicos e às políticas de valorização dos profissionais da educação, com vistas à promoção da autonomia das unidades educacionais. Nessa perspectiva, a gestão precisa mobilizar a comunidade escolar para a definição de um projeto político-pedagógico cujo princípio central encaminhe o planejamento e a práxis educativa visando à formação profissional de cunho emancipatório.

Nesse sentido, faz-se necessário suprimir a hierarquia de conhecimentos de origem classista; entender a educação profissional e tecnológica como um bem público e um instrumento de valorização do trabalho e dos trabalhadores; compreender as bases materiais da formação de sujeitos históricos e da consciência de classe social; valorizar a história do trabalho e do conhecimento na constituição da humanidade e entender a realidade concreta como síntese dialética.

A perspectiva de educação integral consiste na formação omnilateral do ser humano, com desenvolvimento pleno de suas potencialidades e consciente de suas capacidades para libertar-se da alienação. A formação humana integral é, segundo Marise Ramos (2005), um dos princípios da EPT, cujas dimensões são trabalho, ciência e cultura.

A concepção de educação omnilateral, além da formação politécnica, também engloba os conhecimentos teóricos e práticos do desenvolvimento intelectual humano, como constituintes de sua dimensão social. Para Gaudêncio Frigotto (2012, p. 267), a educação omnilateral significa

[uma] concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza.

Tal concepção crítica de educação busca considerar as relações históricas, sociais e culturais como dimensões integradas ao contexto social da vida humana (Saviani, 2008). No movimento de constituir-se histórica e culturalmente sobre processos produtivos e, por consequência, nos processos socioculturais, o trabalho

humano é concebido como práxis mediadora e transformadora da natureza pelos indivíduos, na produção de sua sobrevivência.

Portanto, para superar a formação do ser humano alienado pela divisão social do trabalho, a formação humana integrada não somente possibilita uma articulação entre educação básica e formação para o trabalho, como também oportuniza uma formação politécnica e integradora dos conhecimentos científico-tecnológicos (Ciavatta, 2014).

Nessa direção, a educação integral busca superar a formação escolar subalterna e voltada para o mercado de trabalho. Ela visa, sobretudo, a uma educação para o mundo do trabalho, cujo processo formativo objetiva a construção de conhecimentos que possibilitam o desenvolvimento da consciência crítica acerca da natureza e das contradições da sociedade capitalista, do seu domínio técnico, tecnológico e econômico sobre os seus processos produtivos. Ao estimular o aproveitamento do potencial da prática educativa em todas as suas dimensões, a formação humana integral permite transcender a visão utilitarista do ensino e libertar o ser humano da alienação, a partir do desenvolvimento das suas capacidades de pensar, sentir e agir nas relações sociais e com o mundo do trabalho.

O trabalho como princípio educativo

A reflexão sobre a formação humana integral nos leva à questão do trabalho como princípio educativo. Esse princípio sugere que uma das atribuições dos/as educadores/as em EPT é possibilitar que o/a educando/a consiga identificar a historicidade do trabalho humano e o papel das classes sociais no desenvolvimento dos processos produtivos; entender o trabalho como elemento essencial na transformação da natureza, da sociedade e do próprio ser humano; e compreender que a ciência resulta da transformação teorizada do trabalho.

O trabalho é uma dimensão fundante na produção da vida social para a concretização de uma proposta educacional cujo objetivo é a formação humana integral. Lucília Machado (2023, p. 5) considera que “a riqueza humana criada pelos trabalhadores, inclusive em termos de novos saberes, valores e normas, teria o potencial de ser também formativa”.

No contexto da produção social capitalista, todavia, a atividade de formar plenamente o ser humano constitui-se em uma atividade desafiadora no sistema educacional. Para Frigotto (2012, p. 272-273),

o desafio é, pois, a partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam, ao final do processo educativo, o acesso efetivamente democrático ao conhecimento na sua mais elevada universalidade. Não se trata de tarefa fácil e nem que se realize plenamente no interior das relações sociais capitalistas.

Assumir uma perspectiva educacional que possibilite a formação humana integral exige reconhecer o trabalho como princípio educativo, cuja contribuição visa

à apropriação de conceitos e de métodos científicos a partir da integração das dimensões teórica e prática na produção da vida social. Tal concepção de formação pode possibilitar que o ser humano compreenda e supere as condições históricas de exploração e de alienação do trabalho às quais ele é submetido enquanto constituinte da classe trabalhadora, que, além de tudo, hoje, se defronta com avanço da automatização, dos algoritmos e da inteligência artificial (Machado, 2023).

Tomar o trabalho como princípio educativo na perspectiva da formação humana integral estabelece que a educação para o trabalho se torne formação humana na amplitude do seu potencial físico e intelectual e na perspectiva emancipadora do ser social. Ademais, o trabalho como princípio educativo possui significado quando, no processo formativo, são consideradas a historicidade das ações humanas, a realidade socioeconômica em suas contradições, as condições tecnológicas concretas e a totalidade da vida social. Nessa perspectiva, os processos educacionais são tomados como práticas sociais intencionais de construção e de apropriação de conhecimentos, de desenvolvimento de técnicas e de tecnologias no âmbito do desenvolvimento da ciência e da cultura.

A partir da concepção do trabalho como princípio educativo *na e para* a perspectiva de educação integral e emancipatória, é fundamental refletir sobre o papel e a contribuição da gestão escolar e educacional nesse processo.

Inicialmente, considera-se que o planejamento, a organização e o acompanhamento das atividades das instituições escolares devem possibilitar a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente. Nesse processo, entende-se que tais ações devem possibilitar a discentes, docentes e demais profissionais da educação a organização e o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem em condições para ampliar e aprofundar a relação teórico-prática na produção do conhecimento para a formação integral do ser humano, particularmente daqueles que vivem do trabalho. Nessa direção, Kuenzer, Abreu e Gomes (2007, p. 472) assinalam que

ensinar a conhecer, enquanto capacidade de agir teoricamente e pensar praticamente é a função da escola; esse aprendizado não se dá espontaneamente pelo contato com a realidade, mas demanda o domínio das categorias teóricas e metodológicas pelo aprendizado do trabalho intelectual. As novas demandas de articulação entre conhecimento científico e conhecimento tácito reforçam a necessidade de ampliação crescente das oportunidades de acesso ao conhecimento com qualidade como condição necessária à inserção e à permanência nas relações sociais e produtivas para os que vivem do trabalho.

Assim, o trabalho é considerado princípio educativo na medida em que a escola desenvolve as condições concretas para a construção de uma práxis educativa ancorada na perspectiva da pedagogia histórico-crítica.

A partir dessa práxis, é importante refletir como a gestão escolar e educacional pode contribuir para a superação das formas de organização escolar ancoradas em tendências pedagógicas e práticas de ensino fragmentadas e utilitaristas. Para isso, as práticas de gestão escolar e educacional devem possibilitar

a articulação entre ciência, cultura, tecnologia e sociedade, tomando o trabalho como princípio educativo.

Prática social como produtora de conhecimentos

A luta diária da humanidade se constitui como um laboratório de vivências e de produção de saberes fundamentais para a sobrevivência individual e coletiva. Assim, a prática social é que possibilita a elaboração de teorias explicativas e de soluções no plano material e imaterial para os desafios da coletividade. Nessa perspectiva, o conhecimento é entendido como produção social coletiva; é necessária a valorização da sabedoria popular vinda da prática diária; a relação prática-teoria-prática informa dialeticamente a ação educativa.

Um dos desafios da gestão na EPT consiste em organizar a instituição e mobilizar as pessoas para que uma educação capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho seja ofertada. Isso exige do/a gestor/a um olhar cuidadoso e atento para a escola, no entendimento desta como um espaço de construção de saberes, como um caminho para a compreensão das interações do sujeito com o mundo do trabalho, assim como das suas inter-relações com o mundo da vida social e do conhecimento; ou seja, o/a gestor/a precisa reconhecer e tratar a escola como espaço público onde ocorre ensino, extensão e pesquisa como "prática social de conhecimento" (Santos, 1989).

Na mesma direção, Cipriano Luckesi (1985, p. 49) coloca como pressuposto básico "que o conhecimento só nasce da prática com o mundo, enfrentando os seus desafios e resistências, e que o conhecimento só tem seu sentido pleno na relação com a realidade". Para esse autor, o conhecimento compreende três dimensões: inicialmente, como compreensão e transformação do mundo; em segundo lugar, como subsídio para a ação; e, em um terceiro momento, como condição para a libertação. A ação sobre o mundo com vistas à sua transformação exige que o sujeito o compreenda e o interprete.

Os conhecimentos historicamente produzidos para compreensão do mundo foram e são desenvolvidos por um conjunto de sujeitos sociais e são, portanto, históricos e sociais. "Histórico, porque cada conhecimento novo é um aprofundamento de conhecimentos anteriores; e social, porque nenhum sujeito constrói um conhecimento totalmente novo" (Tozoni-Reis, s/d, p. 3).

Nesse sentido, entende-se, a partir desse princípio pedagógico, que cabe ao/a gestor/a criar condições e mobilizar as pessoas para pensar a escola como lugar de busca, de estudo, de conhecimento, de explicação e de compreensão do mundo de forma crítica e reflexiva. Isso implica o permanente diálogo entre a teoria e a prática, motivados por ações do sujeito, inclusive no cotidiano, e demonstra que não basta preencher os requisitos do sistema, sendo necessário, igualmente, diminuir o abismo entre áreas do conhecimento, entre o técnico e o humano.

A análise da prática social como produtora de conhecimento, no contexto da gestão escolar e educacional, implica, necessariamente, repensar a função da educação escolar.

Na perspectiva da gestão social e emancipatória, a gestão escolar e educacional requer que os diversos atores participantes desse processo atuem para não secundarizar a função social intrínseca à educação escolar. Nessa direção, Saviani (2008) defende que a escola deve orientar-se pelo propósito de contribuir com o desenvolvimento integral do ser humano. Para o referido autor, a educação escolar, a partir da concepção histórico-crítica,

[...] envolve a necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação (Saviani, 2008, p. 80).

Assim, tanto os desafios da gestão escolar e educacional quanto a implementação da prática social como produtora de conhecimento consistem em criar e em assegurar coletivamente as condições técnicas, pedagógicas e políticas que possibilitem o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos, tecnológicos, científicos e culturais.

Nesse sentido, é fundamental que a gestão escolar reflita sobre a importância da participação ativa dos diferentes sujeitos e segmentos da escola, promovendo-a, a partir do seu compromisso político como horizonte para a construção de uma realidade educacional transformadora (Saviani, 2008).

Indissociabilidade no processo educativo

A indissociabilidade no processo educativo se refere à inseparabilidade contida na expressão ensino-pesquisa-extensão, porquanto, partes de um mesmo processo, que deve permear toda a atividade educativa, a saber: ensino-pesquisa-extensão praticados como partes indissociáveis; integração dialética entre teoria e prática; não hierarquização dessas dimensões no processo educativo.

Na política de formação de profissionais da Educação Profissional e Tecnológica, o princípio da indissociabilidade no processo educativo requer a integração ensino, pesquisa e extensão como dimensões do conhecimento para promover uma formação acadêmica voltada para a realidade social e, portanto, em diálogo constante com a comunidade.

A indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, desde a educação básica, é essencial para proporcionar uma educação mais abrangente, estimulante e conectada com a realidade. Essa integração fortalece a formação dos/as educandos/as, instiga a produção de conhecimento e promove o desenvolvimento social e econômico, contribuindo para o progresso da educação e da sociedade.

A indissociabilidade, a partir do desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras em oposição às tradicionais práticas fragmentadoras do saber, requer soluções ético-políticas institucionais, com definição de finalidades educacionais

emancipadoras, capazes de promover a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educacional (Araujo; Frigotto, 2015).

A articulação ensino, pesquisa e extensão – sem afastar as especificidades de cada uma dessas atividades – é um princípio orientador que possibilita a construção da perspectiva de educação humana integral. Tal processo deve considerar a realidade social, econômica, tecnológica e cultural na qual cada instituição está inserida, em cumprimento às suas finalidades e aos seus objetivos estabelecidos no plano de desenvolvimento institucional.

A materialização da integração entre ensino, pesquisa e extensão, na prática acadêmico-científica e cultural, todavia, não se restringe às atividades desenvolvidas entre professores/as e estudantes, pois a indissociabilidade deve ser entendida como atribuição institucional e, portanto, requer o envolvimento dos múltiplos sujeitos que integram cada instituição educacional, especialmente daqueles/as que atuam na gestão e na condução das políticas institucionais. Nessa linha interpretativa, Araújo e Frigotto (2015, p. 64) consideram que, para que se desenvolvam práticas pedagógicas integradoras, são necessárias não somente soluções didáticas, mas também políticas, as quais são fundamentais para que o projeto de ensino integrado se efetive com a plenitude do seu significado político de transformação.

Colocar em prática o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, desde as ações de gestão, portanto, impõe um esforço institucional que visa a superar o modelo educacional alicerçado no trabalho fragmentado entre os segmentos que planejam/decidem e os que executam as atividades que visam ao alcance dos objetivos e das finalidades da educação.

As ações de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do país. Isso porque a produção de conhecimento, a formação de profissionais qualificados e o trabalho em parceria com a sociedade geram impactos que promovem o crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das pessoas (Gonçalves, 2015).

A integração entre ensino, pesquisa e extensão como conceitos indissociáveis fortalece o sistema educacional. Ao integrar teoria e prática, promover a produção de conhecimento e se envolver ativamente com a comunidade, as instituições de ensino se tornam mais relevantes e conectadas com as necessidades e com as demandas da sociedade. Isso contribui para elevar a qualidade socialmente referenciada da educação, propiciar a valorização do ensino, da pesquisa e da extensão e impulsionar o desenvolvimento educacional do país (Severino, 2009).

Nessa perspectiva, também a relação entre conhecimentos técnicos e propedêuticos em percursos formativos distintos está sujeita a um movimento de superação com base na indissociabilidade entre os conhecimentos que sustentam a preparação para as funções intelectuais, voltados para ação de planejamento e de supervisão, e os conhecimentos instrumentais, que sustentam a prática das atividades de execução.

O reconhecimento da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão requer a promoção de uma nítida articulação entre essas atividades, para além da dimensão

pedagógica. Todavia, tal integração não se faz sem o envolvimento e a efetiva participação das múltiplas instâncias de gestão escolar e educacional.

Para alcançar maior amplitude na indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, requer-se a institucionalização do trabalho coletivo e participativo na e da gestão escolar e educacional, com vistas ao acompanhamento das atividades de planejamento e de desenvolvimento da educação. Conforme orientam Maciel, Jacomeli e Brasileiro (2017, 483-484),

a gestão organizacional, integrada à gestão pedagógica, deve estar embasada, além dos imprescindíveis conhecimentos pedagógicos, em uma orientação teórica que possibilite a gestão administrativa e política da escola. Nesse sentido, a gestão organizacional não pode se reduzir a uma pura e simples execução de políticas federais, estaduais e municipais. A compreensão de uma gestão profissionalizada [...] não está em contradição com a democratização da escola, em particular com seus processos decisórios, mas em sintonia com as novas demandas da complexidade da gestão educacional.

Para esse fim, portanto, compreende-se que é atribuição da gestão escolar e educacional encarregar-se do planejamento e do acompanhamento das condições políticas, administrativas, de infraestrutura e de financiamento para atendimento das demandas pedagógicas, técnicas e tecnológicas, como meios que possibilitam o alcance do princípio de indissociabilidade.

Assim, o currículo do Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica busca contribuir para a percepção dos/as gestores/as da necessária superação da dicotomia entre ensino, pesquisa e extensão, teoria e prática e conhecimentos técnicos e propedêuticos, de forma a buscar um constante diálogo com a sociedade e com o mundo do trabalho.

Educando/a como produtor/a do conhecimento

A pesquisa como princípio pedagógico trabalha a relação e a articulação dos saberes para a produção de conhecimento e para a intervenção social, com vistas a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Tratar a pesquisa numa ótica pedagógica é compreendê-la como agente possibilitador de emancipação humana, que propicia ao/à estudante a produção de novos conhecimentos, a compreensão da sua realidade e a construção e o fortalecimento de sua autonomia.

O fomento à pesquisa como uma prática diária entre estudantes e educadores/as é uma atividade reflexiva e investigativa, num movimento de ação-reflexão-ação, que proporciona o conhecimento teórico e empírico acerca das temáticas a serem investigadas, repercutindo no processo educativo e formativo do sujeito.

O ato de pesquisar baseia-se em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio pedagógico, que diz respeito à

atitude de questionamento diante da realidade. O desafio colocado à pesquisa é ir além da descoberta científica, pois o seu compromisso com a humanidade deve representar a conjugação do saber, do fazer e do transformar. Os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e de valorização no plano nacional e global.

A pesquisa como princípio pedagógico deve ser um dos pilares da atividade acadêmica na EPT. Nesse sentido, tem-se como um dos objetivos da EPT a formação de pessoas voltadas à investigação, à inovação e à difusão de conhecimentos de forma crítica e reflexiva, buscando, com responsabilidade, o desenvolvimento científico, social, econômico, ambiental e tecnológico, do âmbito local ao internacional.

Entendida como elemento articulador do currículo e como um caminho didático e investigativo para aprendizagem, a adoção da pesquisa como princípio pedagógico estabelece uma nova dinâmica em sala de aula. É uma perspectiva que visa à autonomia do/a estudante, tornando o processo de ensino dialógico, e a aprendizagem mais significativa, democrática e comprometida com sua a formação integral.

Cabe aos/às gestores/as mobilizar os/as demais educadores/as para que contribuam com o desenvolvimento de atitudes de pesquisador nos/as estudantes, tendo a pesquisa como fonte de saber e de transformação do ambiente acadêmico em um espaço dinâmico. Por meio da pesquisa, o/a professor/a pode desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, aplicando o princípio da ação-reflexão-ação e relacionando a teoria e a prática de forma dialógica, contextualizada, interdisciplinar e flexível.

Além disso, os/as gestores/as devem promover o debate para a organização de um currículo que garanta, em seu espaço e nos seus movimentos, a pesquisa como princípio educativo, de modo que este não seja apenas uma prática e/ou iniciativa individual de cada docente, e sim uma dinâmica fundamental em toda organização curricular.

Apoiados no entendimento advindo das Diretrizes Curriculares Nacionais para EPT sobre a pesquisa como princípio pedagógico, do ponto de vista da organização curricular, são necessárias novas formas de seleção e de organização dos conteúdos.

Esses processos devem contemplar o diálogo entre as áreas de conhecimento, supondo a primazia da qualidade do conhecimento construído na relação com o/a estudante sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica e a preferência do significado social do conhecimento ante os critérios formais inerentes à lógica disciplinar.

O desenvolvimento do trabalho das instituições educativas, na perspectiva da formação humana integral, tendo a pesquisa como princípio pedagógico, com vistas à sua emancipação, é fundamental para a constituição do/a educando/a como produtor/a do conhecimento.

Tal perspectiva de gestão escolar e educacional tem como pressuposto o desenvolvimento de práticas institucionais que visam a contribuir com os fins da EPT, para incentivar a pesquisa e a autonomia dos/as educandos/as. A finalidade dessa articulação é que essa concepção na e da EPT deve ter como fundamento as características e as especificidades do processo de trabalho/produção pedagógico escolar (Paro, 1986; 2010), na qual o/a educando/a ocupa espaço central como sujeito produtor do conhecimento.

É, pois, nesse contexto, que os/as gestores/as na e da EPT devem refletir sobre a criação e o aperfeiçoamento das condições administrativas concretas para o desenvolvimento do/a educando/a como produtor/a do conhecimento.

Nessa direção, a pesquisa entendida como princípio pedagógico, com integração entre os saberes que os/as educandos/as já detêm e o conhecimento científico histórico e socialmente produzido, possibilita a intervenção social, com vistas a contribuir para o desenvolvimento individual e coletivo.

Como é possível perceber, os princípios que regem a Política Nacional de Formação de Profissionais da EPT sustentam transversalmente o currículo do Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, articulando os conceitos e sua relação com a prática da gestão na e da EPT.

Para tanto, as unidades temáticas e os conhecimentos a serem discutidos em cada uma delas estão organizados para buscar a superação da dicotomia teoria e prática, bem como da dicotomia entre os conteúdos técnicos e propedêuticos na formação técnica, encaminhando para a construção de saberes que sustentam a concepção de gestão democrática, participativa, inclusiva e emancipatória nas instituições de EPT.

3.7 Matriz Curricular, Quadro e Tabela

Organização curricular e distribuição de carga horária do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

MÓDULO	NÚCLEO	UNIDADES TEMÁTICAS	CARGA HORÁRIA (h)
MÓDULO 1 (105h) 1º Semestre	NÚCLEO COMUM (90h)	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	30
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I	30
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II	30
	TCC 1º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso I	15
MÓDULO 2 (135h) 2º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h)	Gestão Educacional	30
		Políticas Públicas e Legislação para a EPT	30
		Democracia e Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica	30
		Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica	30
	TCC 2º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso II	15
MÓDULO 3 (120h) 3º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90h)	Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada	30
		Gestão para a Inclusão e Diversidades	30
		Gestão para a Permanência e o Êxito	30
	TCC 3º Momento (30h)	Trabalho de Conclusão de Curso III	30
Carga horária total do curso			360

3.8 Metodologia

3.8.1. Princípios metodológicos

No Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, o processo de produção de conhecimentos privilegia formas diversificadas de interação pedagógica que contribuam com o desenvolvimento pleno dos/as estudantes. As atividades pedagógicas a serem desenvolvidas pelos docentes, em consonância com o paradigma de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que orienta o curso, estarão baseadas na metodologia dialética, privilegiando a relação parte-todo, a relação teoria e prática, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

Com base na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), a proposta metodológica sinaliza que o desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas se dê por meio de “tempos curriculares”, conforme orienta Ramos (2017):

[...] **tempos de problematização** (a prática social e produtiva ainda como síntese); **tempos de instrumentalização** (o ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado); **tempos de experimentação** (o enfrentamento, pelo estudante, de questões práticas, mediante as quais ele se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-los e/ou a identificar insuficiência e limites dos conhecimentos apreendidos); **tempos de orientação** (o acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos estudantes, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões); **tempos de sistematização** (síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações); e, **tempos de consolidação** (avaliações com finalidades formativas) (Ramos, 2017, p. 43, grifos nossos).

Dessa forma, o/a estudante, profissional da EPT envolvido na gestão, terá participação ativa na construção do conhecimento, privilegiando a relação e a reflexão sobre a sua prática, a partir dos conhecimentos científicos abordados. Esse movimento, para a relação e a problematização da prática e da teoria, deve considerar, ainda, o esforço interdisciplinar em relação ao currículo proposto.

Nesse percurso formativo, coerente com a concreticidade da vida social dos sujeitos, as contradições são tidas como relevantes e trabalhadas mediante uma análise crítica do conhecimento e da sociedade (Ramos, 2017, p. 37).

Assim, o/a docente, partindo da problematização da realidade concreta, auxilia o/a estudante a levantar questões sobre os problemas enfrentados na prática cotidiana da gestão na EPT para, na sequência, com base na instrumentalização, discuti-los à luz dos conceitos teóricos, elucidando-os e analisando-os criticamente. Importante que a discussão e as atividades propostas ao longo da unidade temática levem à experimentação, preferencialmente articulada ao Plano de Formação do discente. A experimentação contribuirá para o estudante realizar o enfrentamento da

problematização levantada, introduzindo questões práticas, com base nos conhecimentos apreendidos.

Esse movimento contribuirá para que os conhecimentos abordados tomem significado e se materializem na prática de gestão de forma ressignificada, transformando a realidade. Ao longo desse processo, é de fundamental importância o acompanhamento e orientação do/a professor formador, no que se refere aos objetivos da unidade temática, bem como do/a orientador/a, articulando a reflexão crítica com a problematização e propósitos do Plano de Formação do/a estudante.

É desejável que o/a docente estabeleça as devidas relações entre os conhecimentos abordados na unidade temática sob sua responsabilidade com os demais conceitos discutidos em outras unidades temáticas, especialmente de um mesmo módulo, buscando garantir a relação parte-todo e teoria e prática, com uma abordagem interdisciplinar. A orientação do/a docente e do/a orientador/a contribuirá para a organização das novas aprendizagens e para o necessário enfrentamento das questões postas pelos/as estudantes, criando formas e processos inovadores de gestão na e da EPT. Essa proposta metodológica possibilitará que o/a estudante realize a **sistematização** do conhecimento teórico-prático, promovendo a síntese dos conceitos e suas relações.

A **consolidação** do processo se dará por meio das avaliações com caráter processual, formativo e emancipatório. Tal concepção avaliativa exigirá, portanto, do/a docente e orientador/a, o acompanhamento do/a estudante ao longo do processo, redefinindo a orientação, as leituras e as ações, tanto dos/as docentes quanto dos/as discentes.

Dessa forma, a avaliação deixa de se dar a partir da medição do desempenho final do/a estudante na unidade temática, por meio de instrumentos avaliativos estanques, deslocados do processo de ensino e de aprendizagem, mas passa a ser o fio condutor de todo o processo.

Faz-se necessário destacar que essa proposta de procedimentos pedagógicos estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como eixo central do processo de ensino e de aprendizagem. No contexto da unidade temática, a pesquisa como princípio pedagógico contribui para a problematização da prática social e estabelece a possibilidade de criação de propostas inovadoras, participativas e democráticas no âmbito da gestão na e da EPT.

A extensão, entendida como diálogo constante entre teoria e prática, materializa-se por meio do Plano de Formação do/a discente, com a proposição de novos formatos de planejamento, ações e processos construídos coletivamente com os demais atores vinculados ao seu contexto de trabalho, voltados às necessidades e às demandas evidenciadas pela comunidade escolar e pela sociedade em geral.

Nessa perspectiva, a extensão no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica deve interligar o currículo e suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da escola de EPT, numa perspectiva de relação entre teoria e prática, bem como de socialização do conhecimento. Socializar o conhecimento construído, além de fortalecer a parceria mútua no campo do conhecimento, também instiga os/as estudantes a participarem

com responsabilidade e compromisso em projetos que busquem melhoria dos processos de gestão. Caracteriza-se, portanto, como observação de demandas concretas dos espaços de EPT, proposta de ação e de socialização dos resultados.

Tais procedimentos pedagógicos fundamentam-se na perspectiva de que a construção do conhecimento se dá por meio da mediação e da comunicação, nas relações dialógicas e colaborativas e na compreensão de que as relações sociais e a vida humana são mediadas por ferramentas, instrumentos e técnicas construídos coletiva e socialmente.

Como este curso foi concebido para ser oferecido na modalidade EaD, a atuação de professores/as, alunos/as e equipe de acompanhamento se reveste de características específicas, sobretudo quanto aos cuidados com as interações por meio das mensagens emitidas e recebidas, ao estímulo às problematizações e à participação ativa, à observância da ética emancipatória, ao emprego de materiais pedagógicos coerentes e aos processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem.

Fóruns, *chats* e o Memorial, entendidos como espaços dialógicos, foram concebidos para oportunizar as interações entre professores/as, formadores/as, tutores/as, estudantes e equipe de acompanhamento, de forma a garantir a participação de todos/as, a exposição e o esclarecimento de dúvidas, a complementação de aspectos de conteúdo, o incentivo às discussões, as orientações necessárias para o bom andamento do curso e os registros de experiências. Especialmente, o Memorial deve iniciar a partir da primeira unidade temática do núcleo comum e **ser transversal a todo o curso**, para que, dessa forma, possa se constituir em um espaço de diálogo para a construção do Plano de Formação e do Relatório de Formação.

Em momento prévio ao início do estudo das unidades temáticas do núcleo comum, será apresentado ao/à estudante as principais funcionalidades do Ambiente Virtual do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas múltiplas possibilidades interativas que serão disponibilizadas ao longo do processo formativo do/a educando/a, com ênfase nas características e especificidades da educação a distância.

As unidades temáticas serão desenvolvidas de forma assíncrona, mas a cada início de unidade uma atividade síncrona será desenvolvida visando à introdução do tema e das questões que ela traz, estimulando a problematização e as convergências de interesses do/a docente e dos/as discentes acerca daquele tema.

3.8.2 Estratégias

A rotina do curso envolverá estratégias que devem ser seguidas pela equipe que o constitui:

- Será disponibilizado semestralmente um calendário acadêmico com datas de início e fim dos componentes curriculares e do período (semestral ou anual);

- Todos os componentes curriculares devem ser apresentados no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), divididos por unidades de ensino (Exemplo: aulas, módulo e/ou semanas), de acordo com o calendário;
- Os procedimentos metodológicos específicos (leituras/atividades/participação nos fóruns de discussão e demais formulações) serão adotados de acordo com a natureza do objeto de estudo de cada componente curricular;
- As comunicações, ao longo do curso, serão mediatizadas formalmente pelo ambiente virtual e/ou *e-mail*. Eventualmente, com anuência da coordenação do curso, poderá ser utilizado como meio informal de comunicação aplicativos de mensagens instantâneas multiplataforma (*WhatsApp*, *Telegram*, entre outros);
- Cada componente curricular deverá propor suas atividades, privilegiando a troca de informações e experiências entre os participantes, com o objetivo de construir uma rede colaborativa de aprendizagem.

3.8.3 Desenho Instrucional

O desenho instrucional do curso será estruturado de forma contextualizada, com uma proposta que combina características fixas e abertas de aprendizagem. Para este modelo, serão utilizados materiais e estratégias previamente definidas pela coordenação do curso, no entanto, com abertura e flexibilidade para o professor customizar a estrutura e o material proposto e, com isso, adequar à realidade do público-alvo, tendo o aluno como centro do processo de ensino e aprendizagem.

Para facilitar o processo de aprendizagem por parte dos discentes no Ambiente Virtual, é essencial que todos os atores envolvidos nesse processo se apropriem de conhecimentos específicos relacionados aos objetivos e disciplinas do curso. Além disso, devem considerar fatores como o momento de oferta do componente curricular, as dificuldades tecnológicas, as experiências prévias dos alunos com cursos *on-line* e as características dos recursos pedagógicos disponíveis.

A construção instrucional do curso será realizada em conformidade com os princípios e fundamentos educacionais do IF Sertão PE, definidos em documentos institucionais, como a Organização Acadêmica, instruções normativas relativas à elaboração e produção de materiais didáticos, regulamento da composição das atividades *on-line*, composição do quadro de notas, o referencial metodológico da EaD, entre outros.

3.8.4 Materiais Didáticos

Os materiais didáticos são recursos e atividades, físicas e/ou digitais, utilizados para apoio ao ensino e aprendizagem. O material didático será produzido pelo próprio docente responsável pelo componente curricular e incluirá a produção de videoaulas, módulos didáticos, apostilas, *podcasts*, exercícios, etc. Outra opção é utilizar materiais já consolidados por outros especialistas, cabendo ao docente o

papel de curadoria. Neste caso, será priorizado o uso de repositórios da rede federal (ex.: ProEdu e Educapes). Para apoiar a produção de materiais, o IFSertãoPE disponibiliza um estúdio de gravação audiovisual.

A elaboração do material didático e outros recursos de apoio devem assegurar acessibilidade e flexibilidade para os alunos. Segundo a Instrução Normativa nº 11, de 19 de Agosto de 2021 - IFSertãoPE – os materiais didáticos devem garantir a acessibilidade, respeitando as diferenças e contextos dos estudantes. Como por exemplo: materiais pedagógicos acessíveis, elementos gráficos como imagens e animações associadas a descrições textuais para possibilitar que o leitor de tela faça a leitura para pessoas cegas ou com baixa visão. Quando for no formato audiovisual, prever a tradução em Libras e/ou utilização de legendas geradas automaticamente por sistemas de informação e comunicação, garantindo condições mínimas de acesso e de permanência às pessoas com deficiência.

Os materiais didáticos serão disponibilizados no Ambiente Virtual, garantindo que todos os alunos tenham acesso aos conteúdos de forma contínua, no momento e no ritmo que melhor se adequem às suas necessidades. Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados recursos educacionais abertos (REAs) correspondentes às unidades temáticas do curso. Trata-se de materiais hipermediáticos que trazem a síntese do diálogo e do trabalho de múltiplas especialidades envolvidas no seu processo coletivo de produção, fruto de uma relação orgânica entre pensar e fazer orientados às finalidades últimas da política de formação para Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, estão sendo concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as especialistas em EPT em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais serão indexados em uma plataforma *on-line*, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico.

O propósito desses materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideias que instrumentalizam releituras crítico-totalizadoras da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

3.9 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação será processual e, para tanto, o/a docente utilizará instrumentos diversificados no decurso do ensino e da aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão estar em consonância com as finalidades de contribuir com o Plano de Formação do/a estudante e da produção do seu Relatório de Formação.

A avaliação contínua da aprendizagem deve ser realizada como mais uma forma de estimular os/as estudantes a reconhecerem o que precisam fazer para alcançar os objetivos propostos no seu Plano de Formação. Para os/as professores/as formadores/as e tutores/as, resulta como meio para confirmar se os/as estudantes aprenderam e reajustar o processo de ensino-aprendizagem durante o curso.

No decorrer de cada unidade temática, além do que está proposto no material didático disponibilizado, os/as professores/as formadores/as poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, dentre outros instrumentos que considerem necessários para a consecução dos objetivos de sua unidade temática.

A proposta de avaliação do ensino e da aprendizagem terá, portanto, caráter processual e de compromisso com a perspectiva emancipatória. Assim, os instrumentos a serem utilizados para tal finalidade em cada unidade temática deverão considerar, além do olhar do/a docente, a reflexão do/a próprio/a estudante sobre seu processo de aprendizagem. As avaliações dos docentes devem promover reflexões dos estudantes, registradas em relatos e vivências que integrem teoria e prática. Para apoiar esse processo e contribuir para a elaboração do TCC, podem ser utilizados instrumentos como Memorial, Diário de Bordo ou Portfólio, nos quais os estudantes deverão documentar sua trajetória de estudos.

Coerentemente com o paradigma que orienta a concepção proposta para o curso, alguns dos critérios a serem considerados para a avaliação serão: a relação teoria e prática; a coerência teórica unitária e emancipatória; os avanços na capacidade de problematizar e de se posicionar com autonomia e crítica frente aos problemas identificados; a compreensão crítica da relação da EPT com o mundo do trabalho; as proposições de caráter democrático, participativo e inclusivo; a visão indissociada de ensino, pesquisa e extensão e as indicações para a implantação de políticas institucionais emancipatórias.

Orientados por tais critérios de avaliação, caberá aos/às docentes acompanhar a participação dos/as estudantes nas atividades propostas, verificando dificuldades e avanços tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, bem como os entraves institucionais postos no processo vivido.

Os critérios e instrumentos de avaliação devem ser apresentados aos estudantes no início do período letivo. Conforme configuração do quadro de notas informada em instrução normativa da Diretoria de Educação a Distância (DEaD) do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), a aprovação no componente curricular exige média igual ou superior a 70 pontos, sem considerar a avaliação final. Caso o estudante não alcance a média de 70 pontos, mas obtenha ao menos 40, poderá realizar uma Avaliação Final. A média final do componente curricular será calculada através da seguinte expressão:

$$MDF = (6 * MD) + (4 * NAF) / 10$$

Legenda:

- **MFD** = Média Final da Disciplina
- **MD** = Média da Disciplina

- **NAF**= Nota da Avaliação Final

Será aprovado o estudante que obtiver, após o instrumento final de avaliação, Média Final da Disciplina (MFD) maior ou igual a 50 (cinquenta) pontos.

Os estudantes podem solicitar revisão de nota no prazo de 48 horas após a divulgação, mediante requerimento fundamentado encaminhado à Coordenação de Controle Acadêmico do campus onde estão matriculados. Para a solicitação, é necessário anexar o instrumento de avaliação original ao requerimento padrão disponível na Coordenação, incluindo a contestação por escrito. O processo de revisão deve ser concluído, com emissão do resultado, em até sete dias úteis a partir da data do requerimento.

A revisão inicial será realizada pelo professor responsável pelo componente curricular. Caso a nota seja mantida e o estudante ainda discorde, poderá requerer nova revisão no mesmo prazo. Nesse caso, a solicitação será encaminhada à Coordenação de Curso, que formará uma comissão composta por dois professores da área em questão e um profissional da área pedagógica para emitir o parecer final sobre o caso.

3.10 Atividades Complementares

Neste curso não estão previstas atividades complementares além das propostas nos encontros pelo ambiente virtual de aprendizagem, mas é desejável que os alunos participem de congressos, seminários, palestras e outras atividades desenvolvidas pelo Curso e outras ofertadas pela comunidade acadêmica.

3.11 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Ementa:

Com base nas indicações do Plano de Formação elaborado no primeiro momento do curso (TCC1), espera-se que, ao final do curso (TCC3), o/a cursista apresente o seu Relatório de Formação, fruto de um processo iniciado no começo do curso a partir de uma questão problematizadora. Ao final do TCC III, o/a discente deverá concluir o seu TCC, entendido neste curso como Relatório de Formação.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem carga horária de 60h e deverá ter o formato de Relatório de Formação a ser construído ao longo do curso, resultante de um Plano de Formação, proposto pelo/a discente, ao término das unidades temáticas do Núcleo Comum (TCC I), em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e com a tutoria, de forma que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da gestão na EPT. A execução desse componente curricular (TCC) ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo do/a discente, em três momentos, com finalidades específicas:

- **Primeiro momento - TCC I (15h):** acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo comum com o objetivo de elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse.
- **Segundo momento - TCC II (15h):** acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico com o propósito de elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas.
- **Terceiro momento - TCC III (30h):** elaboração final do Relatório de Formação (TCC), consolidando as reflexões e aprendizagens adquiridas ao longo do curso, de maneira articulada ao Plano de Formação elaborado inicialmente.

Para a realização do TCC, tomam-se como premissas a mudança social como objetivo fundamental da educação e a não equivalência da formação do/a educador/a a “fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação” (Pistrak, 2000, p. 25).

Para estimular essa autonomia, tornam-se necessárias estratégias didáticas capazes de promover a auto-organização dos/as profissionais que irão atuar na EPT frente aos problemas da realidade, desenvolvendo a sua criatividade e as suas capacidades de trabalhar organizadamente as suas tarefas, seja na docência, na gestão ou no apoio e acompanhamento pedagógico.

Por isso, definiu-se o TCC com o formato de **Relatório de Formação** a ser construído ao longo do curso, individualmente, resultante de um **Plano de Formação** proposto pelo/a discente, em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e tutor/a, nas Unidades Temáticas (TCC I, TCC II e TCC III), que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da EPT.

Importante destacar que, como Unidade Temática, o TCC será elaborado, nos três momentos distintos (TCC I, TCC II e TCC III), no formato das demais Unidades Temáticas; ou seja, com a mediação pedagógica do professor/a formador/a, da tutoria e do professor orientador. O professor orientador será designado na oferta da Unidade Temática TCC I, e acompanhará o estudante nas Unidades TCC I, TCC II e TCC III. No início do Módulo 3, etapa de finalização do curso, além do professor formador e tutores, os cursistas terão o acompanhamento do orientador durante todo o módulo para o trabalho de apoio à elaboração do Relatório de Formação, visto que a unidade temática TCC III será concomitante às demais unidades temáticas do Módulo.

A apresentação do TCC será obrigatória e realizada em sessão pública, presencial ou remoto, vinculada ao polo de origem do estudante, sendo submetido à avaliação e aprovação de uma banca examinadora. Essa apresentação, que poderá ocorrer de forma oral ou por meio de pôster, será realizada após o cumprimento integral da carga horária das disciplinas e ao final do curso, em data previamente

definida. Para aprovação, o estudante deverá obter uma pontuação mínima de setenta (70) pontos da banca, que avaliará critérios que incluem: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação). Caso o estudante não alcance a nota mínima de aprovação no TCC, deverá ser reorientado a fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação.

3.11.1 Sobre o Plano de Formação e o Relatório de Formação

Um plano reflete uma atitude prévia de planejamento para onde se quer ir e nele se define uma direção que se quer tomar. Nesse caso, pretende-se que o/a estudante deste curso, ainda durante o período de execução do núcleo comum e com o apoio de um/a professor/a orientador/a, defina um fio condutor para a sua formação. Nesse sentido, na primeira etapa do ato de planejar, à qual foram atribuídas **15h** de trabalho acadêmico, caberá ao/a estudante identificar qual é esse elemento central para a sua formação sobre o qual deseja aprofundar ou fazer descobertas e, com o auxílio do/a seu/sua orientador/a, traçar um programa com objetivos e estratégias.

O desenvolvimento de um Plano de Formação, além de promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do/a estudante, possibilita o enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de especialização, neste caso, a docência na EPT.

Por meio do Plano de Formação, propõe-se que os/as estudantes articulem, de forma congruente, as diferentes unidades temáticas cursadas em torno de uma situação real e que exercitem a atitude de estudar as relações existentes entre os vários aspectos que condicionam o problema levantado, cultivando, assim, o exercício da interpretação dialética da realidade.

Esse Plano de Formação visa a integrar os saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. O Plano de Formação pode ser definido como um roteiro, um eixo norteador, cujo objetivo é articular os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Ele serve como um guia, sendo flexível e adaptável, permitindo ajustes conforme as necessidades dos/as estudantes e as demandas do contexto educacional específico.

Esse Plano deve permitir aos/às estudantes fazer indagações sobre a sua prática assim como a avaliação desta a partir do estabelecimento da interlocução com as teorias discutidas no processo de formação e/ou indicadas pelo/a orientador/a. Assim, espera-se que os/as estudantes exercitem as suas capacidades de problematização, análise, síntese e proposição.

O Plano de Formação deverá ser desenvolvido levando em conta a necessidade de proporcionar uma formação que articule o conhecimento acadêmico com a experiência prática, preparando os/as estudantes para atuarem

profissionalmente de forma mais eficaz. Deve-se evitar, contudo, a percepção do Plano de Formação como ferramenta de instrumentalização dos conteúdos trabalhados na formação, o que limitaria o seu potencial de gerar reflexões relevantes.

Propõe-se como fio condutor deste Plano uma questão que pode ser definida a partir da seguinte indagação: *qual aspecto da realidade da docência na EPT eu pretendo enfrentar durante a minha formação e na minha prática como profissional da Educação Profissional e Tecnológica?*

Indica-se que o critério para a seleção dos temas deva ser a sua relevância social, isto é, que sejam temas socialmente significativos e que favoreçam uma abordagem teórico-prática nessa modalidade educacional.

Recomenda-se, ainda, que a questão orientadora do Plano de Formação esteja vinculada, preferencialmente, às atividades profissionais do/a estudante, de modo a permitir ações de reflexão sobre o real vivido como educador/a e, possivelmente, experimentações de possíveis soluções e/ou indicações de possibilidades de enfrentamento daquela realidade.

A questão orientadora do Plano de Formação deve apresentar algumas características assim resumidas: trata-se de uma questão (social e cientificamente relevante) que necessita ser investigada e que possa ser respondida tendo em vista a experiência do/a estudante, as condições para a construção da resposta e o tempo disponível.

3.11.2. Orientações procedimentais

O tempo dedicado à construção do TCC corresponderá a todo o percurso formativo do/a estudante, com três momentos especiais e com finalidades específicas:

Primeiro Momento (TCC I - 15h): após a realização das unidades temáticas do núcleo comum do curso, durante o qual se deve problematizar a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos, propõe-se a elaboração do **Plano de Formação**, a partir da **definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente**. Esse Plano de Formação será composto pelas seguintes seções:

- a. Identificação do/a discente.
- b. Breve descrição do tema a ser tratado.
- c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.
- d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de

realização deste curso. Sugere-se a definição de uma “questão central e orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior.

- e. Todo o Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e, ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.
- f. Definição de objetivos.
- g. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Segundo Momento (TCC II - 15h): após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico do curso, deve-se:

- a. Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
- b. Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.

Terceiro Momento (TCC III - 30h): concomitante às demais unidades temáticas do 3º módulo, está prevista a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório de Formação). A estrutura deste relatório pode ser a seguinte:

- a. Título.
- b. Resumo.
- c. Sumário.
- d. Introdução.
- e. Desenvolvimento (explicitação da metodologia, das teorias levantadas e dos dados coletados e análise).
- f. Conclusão.
- g. Plano de Ação ou Indicações práticas.
- h. Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes.

Considerando o tempo disponível para a escrita do TCC, sugere-se um relatório contendo de 20 a 30 laudas de elementos textuais, estruturado em template específico a ser disponibilizado.

Em cada unidade temática, o/a discente deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Recomenda-se que os trabalhos avaliativos da aprendizagem em cada unidade temática estejam articulados com a trajetória de produção do relatório de formação. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização discente.

O registro de todo esse percurso será feito em um **Memorial**, espécie de “diário de bordo”, caracterizado como uma atividade de aprendizagem a ser elaborada na articulação com as Unidades Temáticas.

O Memorial é uma atividade em que o/a cursista registrará o seu percurso formativo, reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas etc. Trata-se, também, de uma estratégia de comunicação necessária entre a tutoria e os/as cursistas, sendo, portanto, um meio para o/a estudante expressar sua história durante o seu processo formativo, a partir do qual o/a cursista deve resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nas Unidades Temáticas e suas experiências vivenciadas, sobretudo, nas relações com a sua prática em sala de aula. O Memorial deve ser uma importante referência, que estabelece relações e interfaces com o Relatório de Formação, o TCC. Para a sua operacionalização, recomenda-se o uso de um caderno físico ou digital no qual o/a discente irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada por ele/a. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

A ideia fundamental que deve orientar esse processo do Plano de Formação e a construção do Relatório é que o/a próprio/a discente desenvolva a sua capacidade de enfrentar, teórica e praticamente, os desafios de gestão que a realidade da EPT coloca, levantando hipóteses sobre eles, observando-os, fazendo uso dos conhecimentos já existentes sobre o assunto, experimentando soluções, comunicando e compartilhando os resultados desses enfrentamentos.

3.13 Critérios de Aproveitamento de Estudos e/ou Validação de Competências

O aproveitamento de estudos no âmbito deste projeto pedagógico refere-se à validação de disciplinas cursadas com êxito em outros cursos superiores de pós-graduação, de acordo com a legislação vigente e a Organização Didática do IFSertãoPE. Já a certificação de conhecimentos contempla o reconhecimento de saberes adquiridos em experiências formais ou informais, inclusive fora do ambiente escolar, possibilitando a dispensa de componentes curriculares da matriz do curso, desde que o aluno seja aprovado em avaliação teórica ou teórico-prática, conforme as características de cada disciplina.

Essas práticas devem seguir os critérios estabelecidos na Organização Didática do IFSertãoPE, em consonância com a legislação nacional. Assim, as solicitações de aproveitamento de estudos e validação de competências devem atender aos requisitos e exigências previstos, garantindo que o itinerário formativo do estudante seja cumprido com qualidade e dentro das normas constitucionais.

3.14 Ementas

A seguir, serão apresentados os objetivos, as ementas e as bibliografias básica e complementar de cada unidade temática do curso.

3.14.1 Unidades temáticas do núcleo comum

Unidade Temática: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 30h
Objetivo: Compartilhar experiências pessoais e profissionais na utilização de recursos digitais. Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura digital. Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno.
Ementa: Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.
Bibliografia básica: <p>BIANCHESSI, Cleber (org.). Cultura Digital: novas relações pedagógicas para aprender e ensinar. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. <i>E-book</i>. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258. Acesso em: 03 mar. 2024.</p> <p>BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483-500, maio/ago. 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf. Acesso em: 03 mar. 2024.</p> <p>OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. Rev. Educ. Questão, Natal, v. 60, n. 64, e-28275, abr. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2024.</p> <p>PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 4, n. 2, p. 80-97, 2020. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542. Acesso em: 03 mar. 2024.</p>

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância, 2022, São Carlos. Anais do CIET:CIESUD:2022*, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: considerações a partir da teoria histórico-cultural. *Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, v. 8, e191222, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912>. Acesso em: 03 mar. 2024.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. Anais do CIET:CIESUD:2022*, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Bibliografia complementar:

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos.; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642>. Acesso em: 03 mar. 2024.

KLEIMAN, Angela Bustos.; MARQUES, Ivoneide Bezerra de Araújo Santos. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. *Alfabetização, letramento e tecnologias*. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 7, p. 202-220, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZANK, Cláudia.; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24-38, 5 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6353>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Unidade Temática: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I

Carga Horária: 30h

Objetivo: Discutir, em caráter introdutório, discussões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.

Bibliografia básica:

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: Diálogos Possíveis. **Educação, Sociedade & Cultura**, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35-51, 2009. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001. Disponível

em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 47, p. 38-45, 1983. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1574198300040004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2024.

GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. *In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.1, p.2-12, jan.-mar. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v. 25, n. 2, p. 18-29, maio-ago. 1999. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 1-38, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s.l.], v. 2, p. 4-30, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, n. 39, e37056, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469837056>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde** [Internet], v. 1, n. 1, p. 93-114, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v. 21, n. 62, p. 711–724, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Revista Holos**, [s./], v. 8, p. 219-232, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 jan. 2024.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. **Boletim Técnico do Senac**, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. **Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 516-533, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **Holos**, [s. /], v. 6, p. 33–49, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. 2013. In: **EMdiálogoamazônia: Ensino Médio em foco**. Disponível em: <http://emdiologoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 21 jan. 2024.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência e Coletiva**, v. 25, n.1, dez. 2019-jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SILVA, Luciane Teixeira da; NOSELLA, Paolo. A “cultura extrema” enquanto estratégia de hegemonia: uma análise a partir dos escritos de Antonio Gramsci. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 19-31, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019_art_itsilvavnosella.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

Recursos educacionais:

LEITURAS BRASILEIRAS. Dermeval Saviani / **A Pedagogia Histórico-Crítica**. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk&t=341s>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SCHIEDECK, Sílvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano - parte I**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VnL8tGw6LNA>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** - parte II. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4i1Y59zy7SY>. Acesso em: 26 jan. 2024.

IndustriALL_GU. **Episódio 1 Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho**. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jS_OzdTFwqM. Acesso em: 26 jan. 2024.

Unidade Temática: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II

Carga Horária: 30h

Objetivo: Propiciar, em continuidade à introdução da Unidade Temática I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

Bibliografia básica:

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan.-abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Revista Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, p. 234-251, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8620>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Revista Cadernos de Pesquisa em Educação**, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, n.40, p. 223–237, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, mai.-ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 4, n. 2, p. 86 - 113, 2014. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n.18, 2020, p. 1-26. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, v.1, n.7, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341-347, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). **Currículo, formação e saberes profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência**. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNhX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, Deise Rosálio. A perspectiva pedagógica de Antonio Gramsci. In: BOTO, Carlota. **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados** [online]. Uberlândia: EDUFU, História, Pensamento, Educação Collection. Novas Investigações series, v. 9. pp. 141-170, 2019. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

BRAGA, Osório Esdras Guimarães; PRATES, Admilson Eustáquio. **O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG**. Montes Claros: IFNMG/ProfEPT. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YlqGbzhirg>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SILVA, Marilene Veiga da; BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves. **Os sentidos do trabalho e os conceitos essenciais da EPT: um guia para estudantes, professores e gestores**, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740867>. Acesso em: 09 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil**. Youtube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A. Acesso em: 30 jan 2024.

3.14.2 Unidades temáticas do núcleo específico

Unidade Temática: Políticas Públicas e Legislação para a Educação Profissional e Tecnológica

Carga Horária: 30h

Objetivo: Conhecer os conceitos e as abordagens que orientam as políticas públicas no Brasil, tendo como recorte a EPT. Compreender e refletir sobre a influência dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil. Entender os impactos das políticas e do financiamento sobre a qualidade da educação.

Ementa: Concepções e bases conceituais sobre Estado e políticas educacionais no Brasil. Produção histórica das políticas e das bases legais da educação profissional e tecnológica. Reforma do Estado e influências dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil nos anos de 1990. Políticas contemporâneas de educação (os anos 2000). A EPT nas Conferências de Educação, no Plano Nacional de Educação e na LDB.

Bibliografia básica:

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, maio/ago., 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 08 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção Formação Pedagógica, v. 5, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

DAMASCENA, Edilza Alves; MOURA, Dante Henrique. Formação de professores para a Educação Profissional: sobre políticas e perspectivas. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 14, n. 30, p. 178 - 199, out./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4367>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MAGALHÃES, Álcio Crisóstomo; CRUZ, José Adelson. O 'pacto pela educação' e o mistério do 'todos': Estado social e contrarreforma burguesa no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698169491>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47–69, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Eliseu Costacurta. Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 163-187, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). **Vértices**, v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973/16091>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 69-86, out./nov./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p69-86>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Recursos educacionais:

COSTA, Alexandre Pereira; DANTAS, Aleksandre Saraiva. **Curso de Extensão: Marcos Legais da EPT e suas bases conceituais**. Mossoró, RN: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717769>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MAZUR, Luciana de Souza; MARTIARENA DE OLIVEIRA, Maria Augusta. **A Educação Profissional entre os anos de 1942-1961: contribuições das leis orgânicas do ensino para a compreensão da educação no período**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/handle/123456789/488>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SILVA, Maicom Juliano Sesterheim da; TESSMANN, Martha Helena; LOPONTE, Luciana. **Introdução ao orçamento público: a EPT no orçamento federal.** Camaquã, RS: IFSul/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/644729/2/Apostila.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Unidade Temática: Gestão Educacional

Carga Horária: 30h

Objetivo: Conhecer a estrutura organizacional de uma instituição escolar. Compreender o plano de desenvolvimento institucional, o projeto político pedagógico e os planos de gestão como instrumentos de gestão democrática da escola. Refletir sobre as dimensões da gestão escolar (pedagógica, financeira, administrativa, de pessoas). Conhecer e compreender as atribuições dos profissionais que exercem funções de gestão nas instituições educativas. Compreender a relevância das relações interpessoais dos envolvidos no processo educativo.

Ementa: Fundamentos e princípios da gestão educacional. Estrutura organizacional de uma instituição escolar. Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político Pedagógico e os Planos de Gestão. Dimensões da gestão educacional: gestão pedagógica, financeira, administrativa e de pessoas. Atribuições dos coordenadores pedagógicos das escolas. Relações interpessoais dos envolvidos no processo educativo: ética no exercício profissional dos gestores, professores e demais profissionais da educação.

Bibliografia básica:

GRABOWSKI, Gabriel. **Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Gestao-e-planejamento-da-educacao-profissional-e-tecnologica.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 453-467, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/formacaodegestoresescolares.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 24, n. 1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/aestruturadidaticaeadministrativadaescolaeaquilidadeedoensinofundamental.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ANA, Wallace Pereira Sant; ANDRADE, Lucas Manoel; NOZAKI, Lauce Noriyo de Moraes; CASTRO, Mad Ana Desiree Ribeiro de; DIAS, Luciana Campos de Oliveira. Reflexões sobre organização e gestão na educação profissional e tecnológica: uma análise dos elementos históricos e sociológicos. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, v. 4, n. 8, 2018. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/426>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Gestão da educação com justiça social. Que gestão dos injustiçados? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)**, v. 36, n. 2, p. 768 – 788, mai./ ago. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/100820/58121>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **RBPEA**, v. 23, n.3, p. 483-495, set/dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144>. Acesso em: 17 jan. 2024.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, v. 17, n. 72, 2008. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2634>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. Disponível em: <https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023

PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. **RBPAE**, v.24, n.1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_05_18.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

Recursos educacionais:

AGNOLIN, Sandra Lígia; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Reformulação de Proposta Curricular de Cursos do Ensino Médio Integrado: um caminho possível para a integração curricular**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741169>. Acesso em: 09 jan. 2024.

KELLER, Fabiana de Oliveira; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Vamos avaliar?** proposta de avaliação institucional participativa e emancipatória da política institucional para os cursos de ensino médio integrado do IFRS. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741166>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MÜLLER, Liliane Krebs Bessel; RAVÁSIO, Marcele Teixeira Homrich. **Guia de orientações pedagógicas para o trabalho docente**. Santo Ângelo: IFFar/ProfEPT, 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433803>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Unidade Temática: Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica

Carga Horária: 30h

Objetivo: Conceito de democracia e sua relação com a gestão na e da Educação Profissional e Tecnológica, bem como a importância das instâncias representativas e colegiadas para a construção e consolidação do projeto político-pedagógico.

Ementa: Conceito de democracia em suas dimensões histórica, política, econômica, educacional e cultural; o papel social da escola e sua contribuição para a construção da cidadania, bem como na reprodução da divisão social de classes. A gestão democrática na e da Educação Profissional e Tecnológica, bem como as instâncias colegiadas e representativas como lócus de construção colegiada. A gestão social como espaço representativo, a partir da ação dialógica e da participação ativa dos sujeitos sociais nos processos decisórios. Os documentos institucionais como expressão da vontade coletiva e orientadores do projeto político-pedagógico da instituição de Educação Profissional e Tecnológica.

Bibliografia básica:

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, 2023. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MARKOF, John. Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. **Sociologias**, ano 15, n.º 32, p. 18-50, jan./abr. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/tW43qxPJdJhqQzWX37FySWp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 16 jan. 2024.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual.

Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7754>. Acesso em: 16 jan. 2024.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. A trajetória do Programa de estudos em gestão social (Pegs). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.40, n.6, p. 1145-62, nov./dez., 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/tTy8F6rnJWG75RfwzZrGLDp/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 16 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

APOLINÁRIO, José Antônio Feitosa; SOUZA, Diego Kehrlé. Algumas considerações sobre a interdependência entre democracia e educação no pensamento ocidental. **Filosofia e Educação**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 208–244, 2014.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635378>. Acesso

em: 5 jan. 2024.

BASTOS, Eliana Nunes Maciel; LUZ, Iussara Any da Silva; ARTUSO, Alysso Ramos. A gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica. **Além dos Muros da Universidade (ALEMUR)**, v.6, n.2, p. 01-11, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4520>. Acesso em: 23 jan. 2024.

GADOTTI, Moacir. Gestão Democrática com Participação Popular no

Planejamento e na Organização da Educação Nacional. **CONAE**, 2014. Disponível

em: <https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf>. Acesso

em: 16 jan. 2024.

NETO, Antônio Cabral. Democracia: velhas e novas controvérsias. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n.2, 287-312, 1997. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/epsic/a/mggTDX8wXtRq5X5mKLkKBwb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão. **Caderno de Pesquisa**, v. 48, n.169, mai./ago. 2018.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/h8K6zLFps4LjXwjknBGPYD#>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SANTOS, Gidair Lopes; SILVA, Assis Leão. A organização dos espaços pedagógicos em educação profissional e tecnológica: aproximações da literatura

acadêmica. **Anais do 8º EPePe** - Encontro de pesquisa educacional em Pernambuco. Campina Grande: Editora Realize, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO_EV167_MD1_SA105_ID79_17092021071800.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). **Vértices**, v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973>. Acesso em: 23 jan. 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14 ed. Campinas: Papirus, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dneADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=projeto+pol%C3%ADtico+pedag%C3%B3gico%3B&ots=MCGeYVfpdG&sig=fNuiaxw2eVeCWMs7whnZI3BjvJY#v=onepage&q=projeto%20pol%C3%ADtico%20pedag%C3%B3gico%3B&f=false>. Acesso em: 16 jan. 2024.

Recursos educacionais:

ALENCAR, Rendrikson Gonçalves; GOMES, Jarbas Maurício. **Gestão Democrática na EPT**: espaços de participação de pais ou responsáveis. Maceió: IFAL/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740836>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FRANZINI, Rafaela Gandolfi; REIS, Márcio José dos. **Guia Orientativo para a utilização do vídeo "IFSP: uma vivência para a democracia"**. São Paulo: IFSP/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574623>. Acesso em: 09 jan. 2024.

OLIVEIRA, Sheila Almeida; DUARTE NETO; José Henrique. **Proposta de Gestão Democrática Escolar**. Pernambuco: IFPE/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553345>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Unidade Temática: Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica

Carga Horária: 30h

Objetivo: Analisar a relação entre o planejamento e a avaliação institucional em uma perspectiva participativa e emancipatória e sua contribuição para o plano de desenvolvimento institucional e para o projeto político-pedagógico na e da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: Planejamento em instituições educativas com ênfase no planejamento participativo como base para a gestão democrática no âmbito da educação

profissional e tecnológica. Contribuição da avaliação institucional, em especial a autoavaliação institucional na perspectiva da avaliação educacional e emancipatória. Cultura da autoavaliação como promotora da autonomia institucional. O trabalho da gestão escolar e educacional na relação entre planejamento participativo e autoavaliação institucional, bem como sua contribuição para a construção e consolidação do projeto institucional, assim como dos documentos institucionais que os sustentam.

Bibliografia básica:

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e *rankings* escolares. **Revista Lusófona de Educação**, n. 13, p. 13-29, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/349/34912395002.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

NEZ, Egeslaine de; SOUZA, Warley Carlos de. Planejamento Participativo: elementos para o debate em ação. **Educação, Cultura e Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 495-509, jul./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8435>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3nMScNcgg4HFXrrMTTtsGtc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SORDI, Mara Regina Lemes de; OLIVEIRA, Sara Badra de; SILVA, Margarida Montejano da; BERTAGNA, Regiane Helena; DALBEN, Adilson. Indicadores de qualidade social da escola pública: avançando no campo avaliativo. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 716-753, set./dez. 2016. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4073/3271>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SORDI, Mara Regina Lemes de; BERTAGNA, Regiane Helena; SILVA, Margarida Montejano da. A avaliação institucional participativa e os espaços políticos de participação construídos, reinventados, conquistados na escola. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 175-192, maio-ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/gxfqJfvP5KP6XNF4PNRmRYh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba/SP, v. 19, n. 2, p. 487-507, jul. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/GVKXmvt8nrpmCkGk7dGH5Rv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. Avaliação institucional interna na perspectiva dos atores escolares da Educação Profissional e Tecnológica. **VI CONEDU**, v. 1, 2020. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65300>. Acesso em: 09 jan. 2024.

CAMPOS, Adriana Mari de Almeida Maia, CARNEIRO, Tereza Gomes. Possibilidades de articulação entre as Bases Conceituais da EPT e o PDI nos Institutos Federais. **Cadernos de Educação Básica**, 2020. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/POSSIBILIDADES-DE-ARTICULA%C3%87%C3%83O-ENTRE-AS-BASES-DA-EPT-Campos-Carneiro/dc6f199050336aea7bee8113508e2e817872ce94>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CARVALHO, Maria João de; FOLGADO, Cristina. A autoavaliação na construção da escola democrática. **Revista Lusófona de Educação**, Portugal, n. 35, p. 83-99, 2017. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/5916>. Acesso em: 23 jan. 2024.

LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa; RODRIGUES, Lurdes. Trajetórias para a institucionalização de uma cultura de autoavaliação nas escolas – entre possibilidades e limites. **Revista de Estudos Curriculares**, Aveiro/Portugal, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.nonio.uminho.pt/rec/index.php?journal=rec&page=article&op=view&path%5B%5D=98>. Acesso em: 23 jan. 2024.

NERY, Patricia Haeser Ferreira; RIBEIRO, Josina Maria Pontes. Projeto Político Pedagógico: uma discussão sobre identidade e identidades na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). **Revista Conexão na Amazônia**, v. 2, edição especial, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/88/72>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. O fetiche da tecnologia e a Educação Profissional Técnica de nível médio: tentativa de explicação do abandono escolar. **35ª Reunião Anual da Anped**, GT9 – Educação e Trabalho, 2012. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-1951_int.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

PEREIRA, Maria Simone Ferraz; SORDI, Mara Regina Lemes de. Avaliação institucional participativa e a busca da qualidade da escola: limites e potencialidades da participação estudantil. **Olhar de professor**. Ponta Grossa, v. 23, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15576/209209213380>. Acesso em: 23 jan. 2020.

PERUCH, Marilda; MILAK, Roseli Rosseti; PERES, Maria Gisele. **Desafios e perspectivas nos modelos de gestão da EPT no CEDUP Abílio Paulo em Criciúma/SC**. Repositório IFSC. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1420/Artigo%20Final-%20Roseli%20e%20Marilda.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SANTOS, Claudinete Maria dos; FERRI, Lúcia Maria Correa Gomes; MACEDO, Mara Elisa Capovilla Martins de. O planejamento participativo da escola como prática inovadora. **Cadernos de Educação**, Pelotas/RS, n. 41, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/2098>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SANTOS, João Alberto Neves dos; SEPULVEDA, Fernando A. Miranda; SERRAVALLE, Alberto França. Implementação do Planejamento Estratégico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/66216886.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Recursos educacionais:

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. **Proposta de avaliação institucional interna para a EPTNM**. Manaus: IFAM/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552778>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FAGUNDES, Fabiana Centeno; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT): contribuições para um percurso democrático, participativo e institucional**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/421>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SERRÃO, Yoli Glenda da Silva, LIMA, Maria Francisca Moraes de. **Planejamento participativo: como implementá-lo na educação profissional e tecnológica**. Manaus: IFAM/ProfEPT. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573284>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Unidade Temática: Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada

Carga Horária: 30h

Objetivo: Conhecer e analisar os pressupostos da gestão em EPT com vistas a potencializar os processos de formação humana integral e o currículo integrado, bem como as possibilidades de instituição de políticas que sustentem as práticas indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão no currículo integrado e integral.

Ementa: Gestão da Educação Profissional e Tecnológica para a contribuição institucional aos processos de formação humana integral e o currículo integrado. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para um projeto educativo que dialogue com a sociedade e com o mundo do trabalho. O trabalho da gestão na proposição de políticas institucionais para o desenvolvimento e a consolidação da educação humana integral e da escola integral.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, Carlos Wagner Costa; BARCELOS, Renata Gerhardt; CÉLIA, Luciana dos Santos; MOLL, Jaqueline. Aspectos da educação integral no Brasil: disputas conceituais, ideológicas e políticas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 1, p. 421-440, jan./abr. 2023. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/66468/35147>.

Acesso em: 17 jan. 2024.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, maio/ago. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/?format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**.

Curitiba/ PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em:

<https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 71–85, 2003.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>.

Acesso em: 10 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, e13666, mar. 2022. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666/pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723>. Acesso em: 17 jan. 2024.

COSTA, Patrícia Furtado Fernandes; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Referências históricas e teóricas para a análise crítica da produção do conhecimento no Brasil sobre currículo integrado e ensino médio integrado. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 35, jan-abr, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40495>. Acesso em: 09 jan. 2024.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FERREIRA, Helen Betane; REES, Dilys Karen. Educação Integral e Escola de Tempo Integral em Goiânia. **Educação e Realidade**, v. 40, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZKxqwKtncwhwVSgfCpvd8qF/?lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. **ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**, v. 7, n. 1, Edição Especial 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p: 187-202, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131/2616>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SANTOS, Romário Farias Pedrosa dos. Uma breve retrospectiva histórica da educação integral no Brasil e os marcos legais para sua implantação nos estados da federação. **Conedu**, VII Congresso Nacional de Educação, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV151_MD1_SA121_ID8774_29072021153757.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

Recursos educacionais:

COUTO, Andressa Freire Ramos; CAVALARI JÚNIOR, Octávio. **O guia indissociável entre ensino, pesquisa e extensão**: dialogando sobre uma prática integradora. ES: Ifes/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585582>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FERREIRA, Rosângela; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; SONZA, Andréa Poletto. **Curricularização da Extensão**: um olhar institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717686>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. **Prática profissional integrada**: ensino pesquisa e extensão no ensino médio integrado. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574846>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Unidade Temática: Gestão para a Inclusão e Diversidade

Carga Horária: 30h

Objetivo: Compreender o papel da gestão no cumprimento das legislações acerca das políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas, considerando as desigualdades dos grupos que padeceram de injustiças históricas pela escravização, como é o caso dos povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, assim como as pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades educacionais específicas na EPT.

Ementa: Retrospectiva histórica, legislação e políticas públicas de inclusão, diversidade e ações afirmativas no Brasil. Educação e trabalho como direitos fundamentais. Gestão e cumprimento das legislações acerca das políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas, considerando as desigualdades dos grupos que padeceram de injustiças históricas pela escravização, como é o caso dos povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, bem como das pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades na EPT. A gestão na organização dos serviços e da infraestrutura institucional como condição para inclusão e valorização da diversidade. O trabalho da gestão nas dimensões de acessibilidade. Acessibilidade curricular.

Bibliografia básica:

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei 12.288 de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 23 jan. 2022.

CANDAUI, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação e Sociedade**, n. 33, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FnfNL4mJywl/#>. Acesso em: 17 jan. 2024.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Brasileiro Indaga e Desafia as Políticas Educacionais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), [s.l.], v. 11, ed. especial, p. 141-162, maio 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/687>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira? **Momento: diálogos em educação**, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SCHERER, Renata Porcher. Diferenciação curricular no Ensino Médio Integrado: recursos acessíveis, mediação pedagógica e trabalho colaborativo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v1, n. 22, e11492, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11492>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, Distrito Federal, out. 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.

Bibliografia complementar:

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PASSOS, Pamela; MULICO, Leslie. **Educação em Direitos Humanos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. João Pessoa: PB, IFPB, 2019. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/242>. Acesso em: 23 jan. 2021.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3bz9Ddq8YpxP87fXnhMZcJS/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SONZA, Andréa Poletto; GEMELLI, Catia Eli; NUNES, Lauren de Lacerda; TAVARES, Olívia Pereira. **Letramento de gênero e sexualidade: aqui não é um tabu e aí?** Porto Alegre, RS: 2ks Agência Digital, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/999>. Acesso em: 26 jan. 2024.

RODRIGUES, Tatiane C.; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WskqTPrZgtc8k56XHvr8XBz/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SANTOS, Keysiani; MENDES, Eniceia. Ensinar a todos e a cada um em escolas inclusivas: a abordagem do ensino diferenciado. **Revista Teias - ProPed UERJ**, v. 22, n. 66, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57138/38786>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Retratos da escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1095>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186955>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SONZA, Andréa; ORTIZ, Helen; CORSINO, Luciano; SANTOS, Marlise; FERREIRA, Rosângela; CARDOSO, Sandro (org.). **Afirmar a inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões**. Bento Gonçalves: IFRS, 2020. 352 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eTHcEJm7oykouKkg5-GFBKATAIEUWXp1/view>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Recursos educacionais:

ARAÚJO, Claudilena Corrêa; FERNANDES, Déa Nunes. **Proposta Didática para Estudo de Gênero-Trabalho-Poder na EPT**. Maranhão: IFMA/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/703071>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CONCEIÇÃO, Antônio Marcos Soares; MACHADO, Veruska Ribeiro. **BOAS PRÁTICAS: a inclusão e a permanência do estudante com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF.: IFB/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740501>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MONTEIRO, Catia Maria Alves, PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Acolher para Incluir**: o acolhimento como prática na cultura escolar inclusiva. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574365>. Acesso em: 17 jan. 2024.

OLIVEIRA, Helder Felipe de; PRESTES, Liliane Madruga. **Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho**: guia de atividades com oficinas de letramento racial para a promoção de uma educação antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/732698>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Unidade Temática: Gestão para a permanência e o êxito

Carga Horária: 30h

Objetivo: Contribuir para o estudo dos fatores institucionais e das atividades de gestão que podem promover a permanência e o êxito dos estudantes na EPT, bem como as possibilidades de institucionalização de uma proposta educacional para o combate à evasão.

Ementa: Permanência e êxito na EPT e sua relação com os fatores individuais, internos aos estudantes, os fatores internos à instituição escolar, bem como os fatores externos. A gestão no processo de institucionalização de uma proposta educacional que considere o desenvolvimento humano integral na articulação entre as dimensões individuais, laborais, científica e cultural para a permanência e o êxito dos estudantes. O trabalho da gestão no planejamento e no acompanhamento da organização do currículo, das práticas pedagógicas e dos modelos e instrumentos de avaliação como forma de contribuir com a permanência e o êxito dos estudantes na EPT.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2024.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HEIJMANS, Rosemary Dore; FINI, Roberto; LÜSCHER, Ana Zuleima. Insucesso, fracasso, abandono, evasão... Um debate multifacetado. *In*: CUNHA, Daisy Moreira; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; SOUZA JR., Hormindo Pereira, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas**. MG: PUC Minas, 2013. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/galeria/artigos/3-DORE-Cap-livro-FormaProfiss-2013.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **REP - Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-124, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027>. Acesso em: 23 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sB3XN4nBLFPRrhZ5QNx4fRr>. Acesso em: 23 jan. 2024.

TIMÓTEO, Marcela de Oliveira. Estratégias de diversidade, inclusão e equidade de gênero e raça em órgãos da administração pública federal: avanços e desafios. *Revista do TCU*, v. 1, n. 150, p.1-23, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1841>. Acesso em: 17 abr. 2024.

REIS, Cacilda Ferreira; SOUZA, Marcilene Garcia de; SANTOS, Valdeluce Nascimento. Ações Afirmativas no Instituto Federal da Bahia: um olhar a partir da Diretoria Sistêmica de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis. *Periferia: Educação, Cultura & Comunicação*. v. 15, p.1-22, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/70531>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). **Evasão na Educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/livros/Dore%20et%20al.%20-%202014%20-%20Evasao%20na%20educacao%20-%20estudos,%20politicass%20e%20propostas.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

COELHO, Alexsandra Joelma Dal Pizzol; GARCIA, Nilson Marcos Dias. Direito à Educação: analisando políticas públicas de apoio à permanência escolar na educação profissional e tecnológica. *In*: VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de (Org.). **Processos de transformação do mundo do trabalho**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Disponível em:

<https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/processos-de-transformacao-do-mundo-do-trabalho>. Acesso em: 23 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Permanência e êxito de mulheres na EJA-EPT: possibilidades de desafios do IFRS. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053/9704>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; MACHADO, Lucília Regina de Souza; ESCOTT, Clarice Monteiro. Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o campo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Portugal, n. 64, 2023. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/482>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRANÇA, Suzane Bezerra de; SOUZA, Daniela Pedrosa de. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: um estudo na rede estadual de ensino de Pernambuco. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 14, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/18194/9801>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SACRAMENTO, Laura Neta Dias do; ALBUQUERQUE, Monck Charles Nunes de; CYPRIANI, Carlos Alex Cantuário. Estudo sobre evasão e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado: um mapeamento sistemático deliteratura. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 76-99, jul./dez. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65575/1/2021_art_Indsacramentomcnalbuquerque.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, Vanessa Faria de; ROCHA, Tiago Rios da; MANICA Edimar; LAVARDA, Roger Luis Holf; ROSA, Ronaldo Serda da. Reformulação curricular como ação para permanência e êxito: uma experiência colaborativa no Campus Ibirubá. In: LORENZET, Deloíse *et al.* **Permanência e êxito no IFRS: Reflexões e práticas**. São Paulo, SP: Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/465>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Recursos educacionais:

GARCIA, Fernanda Corrêa; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. **Guia de redução da evasão na EPT**. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina/CERFEAD, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574306>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NITSCHKE, Alessandra. PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de ensino médio integrado**. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600482>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUSA, Maria da Graça do Nascimento de; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **Manual de prevenção à evasão dos estudantes dos cursos médio técnico da rede federal de ensino: conhecer para permanecer.** Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575059>. Acesso em: 10 jan. 2024.

3.15 Certificação

Para obter o certificado de conclusão de um curso de Pós-Graduação, o estudante deve atender a uma série de requisitos estabelecidos pelo IFSertãoPE. É necessário a aprovação em todos os componentes curriculares com nota mínima, conforme o quadro de notas estabelecido na Instrução Normativa sobre Educação a Distância (EaD) e na Organização Didática do IFSertãoPE, assim como a frequência mínima requerida. Ademais, ter o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aprovado, comprovar a quitação de pendências com a biblioteca e satisfazer, no que couber, às demais exigências previstas no regulamento dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu* do IFSertãoPE.

Após a conclusão de todos os requisitos mencionados, bem como o atendimento às normas internas do IFSertãoPE, o estudante receberá o título de Especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, no curso denominado Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, com certificação emitida pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE. O certificado incluirá também o termo de identificação da turma correspondente.

3.16 Ações Decorrentes do Processo de Avaliação do Curso

A avaliação do curso será realizada de forma regular, por meio dos instrumentos estabelecidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), com a participação ativa da Coordenação do Curso. Esse processo envolverá diversos segmentos e setores da instituição. Serão utilizados diferentes instrumentos avaliativos, como questionários ao final de cada unidade curricular, além de encontros síncronos ou presenciais. Os resultados dessas avaliações serão disponibilizados no ambiente virtual ou em outros meios adequados, e servirão como base para a (re)organização do processo de tomada de decisões. O objetivo é promover a melhoria contínua das práticas adotadas, permitindo aos professores aperfeiçoar suas abordagens pedagógicas e, assim, garantir a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

3.17 Políticas Institucionais no âmbito do curso

3.17.1 Atendimento aos discentes

A Educação a Distância (EaD) apresenta características pedagógicas específicas que podem ser desafiadoras para estudantes habituados ao ensino presencial. A transição para essa modalidade exige adaptação no modo de aprender e no uso de tecnologias, o que demanda estratégias de apoio que promovam a inclusão e garantam engajamento e motivação ao longo do percurso acadêmico. No

contexto do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), esse processo se inicia com a matrícula dos estudantes, onde são fornecidas informações sobre o curso, acesso ao Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), geração de *e-mail* institucional e uso do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), ferramenta central para as atividades acadêmicas.

O SUAP reúne serviços acadêmicos e administrativos, permitindo consulta ao calendário, notas, histórico escolar, emissão de documentos e renovação de matrícula. Já o AVEA funciona como um espaço para materiais de estudo, atividades avaliativas e interação acadêmica. Com os dados da matrícula, a equipe pedagógica da Diretoria de Educação a Distância (DeaD) do IFSertãoPE tem como missão elaborar um perfil dos estudantes para identificar características que possam impactar no aprendizado, subsidiando a construção de projetos pedagógicos e a reflexão sobre o ensino a distância. Para complementar esse mapeamento, pode ser aplicado um questionário virtual.

A integração dos alunos inicia-se através de uma aula inaugural, apresentando o contexto da EaD, o funcionamento do curso e a instituição. O suporte contínuo ao longo do curso é essencial, abrangendo *feedbacks* acadêmicos, tutoria pedagógica e acompanhamento individualizado, especialmente em casos de risco de evasão. Os tutores têm como responsabilidade monitorar o progresso dos estudantes, já o suporte técnico tem como principal atividade resolver questões relacionadas ao uso da plataforma. Ao final do curso, os alunos recebem orientações para a emissão do certificado e participam de uma avaliação para constatação de dificuldades enfrentadas ao longo do curso.

4. CORPO DOCENTE E TÉCNICO

4.1 Coordenação do Curso

As atividades do Coordenador de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas. É ele o responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e a produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

Coordenador do curso

Nome	Formação e Titulação	Regime de trabalho
Adonias Soares da Silva Júnior	Doutor	40h

4.3 Colegiado do Curso

O colegiado do curso é órgão normativo, executivo, consultivo e de planejamento acadêmico. Dentre suas atribuições estão: ajustar o projeto pedagógico do curso à realidade local, bem como planejar, acompanhar e avaliar a sua implementação, colaborando para a integração dos diferentes sujeitos envolvidos, sempre observando as normas internas e a legislação em vigor.

O colegiado do curso será constituído pelo coordenador do curso, um representante docente, um representante do corpo de tutores e um representante de estudantes, e seus respectivos suplentes.

4.4 Corpo Docente

O corpo docente deste curso é composto por professores formadores e professores orientadores que atuam junto aos tutores, apoiados por uma equipe multidisciplinar e de suporte tecnológico e logístico.

- O/A professor/a formador/a é o/a responsável pelo desenvolvimento da unidade temática junto com os/as tutores/as. No momento anterior ao desenvolvimento da unidade temática, é responsável pela composição/estruturação da sala de aula no ambiente virtual de aprendizagem e, no fluxo da unidade temática, deve manter reuniões constantes de orientação pedagógica com os/as tutores/as para discussão de estratégias de ensino. Deve elaborar instrumentos de avaliação (se previstos para a unidade temática) e, se necessário, propor materiais didáticos

complementares, a fim de propiciar a consecução dos objetivos propostos na ementa da unidade temática e no PPC do curso.

- O/A professor/a orientador/a é responsável pelo acompanhamento da produção do trabalho de final de curso desde a elaboração, ao longo dos componentes curriculares, até sua defesa.

Para os cursos *lato sensu*, conforme art. 9º da [Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018](#)

O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente (Brasil, 2018).

Quadro do Corpo Docente

Nome	Formação e Titulação	Regime de trabalho	Currículo Lattes
------	----------------------	--------------------	------------------

*A serem contratados, por meio de seleção específica

4.5 Corpo Técnico de Apoio ao Ensino

Constitui o corpo técnico que oferece suporte necessário ao devido funcionamento às ações de ensino. Deverá constar nome, cargo, formação e regime de trabalho.

- Equipe de apoio tecnológico e de logística: composta por diferentes profissionais, com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica.

Quadro do Corpo Técnico de Apoio ao Ensino

Nome	Cargo	Formação e Titulação	Regime de trabalho
Alain Prost Medeiros de Moraes	Técnico Audiovisual	Especialista	40h
Alberto Leal da Paixao	Programador Visual	Especialista	40h
Albenir Rodrigues Da Cruz	Assistente Administrativa	Especialista	40h
Angela Maiane de Macedo Damasceno	Pedagoga	Especialista	40h
Danielle do Nascimento Lins	Assistente Administrativa	Mestra	40h
Eduardo Medeiros Magalhães	Técnico de Tecnologia da Informação	Graduando em Engenharia da	30h

		Computação / Estagiário	
Eliza Georgina Nogueira Barros de Oliveira	Técnica em Assuntos Educaçãoais	Mestra	40h
Letícia Vitória Santos Mendes	Comunicação	Graduanda em Jornalismo / Estagiária	20h
Maria Eva dos Santos Pinheiro	Técnica em secretariado	Especialista	40h
Max Robson de Oliveira Santos	Pedagógico	Graduando em Licenciatura em Computação / Estagiário	30h

4.6 Tutor

O processo de tutoria é essencial para o bom andamento dos cursos a distância. Segundo os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), o tutor participa ativamente na prática pedagógica, desenvolvendo atividades tanto presenciais quanto a distância, contribuindo significativamente com o processo de ensino e aprendizagem.

Os tutores desempenham um papel fundamental no curso, mediando o processo de ensino e aprendizagem entre discentes, conteúdos, professores e outros elementos do sistema educacional. Algumas de suas principais atribuições são: esclarecer dúvidas dos discentes; participar de videoconferências; promover espaços de construção coletiva de conhecimento; selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos; participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem; acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos estudantes; atender estudantes nos polos; participar de momentos presenciais obrigatórios.

Para desempenhar suas funções, o tutor deve conhecer o projeto pedagógico do curso, o material didático e os conteúdos sob sua responsabilidade. Isso é vital para auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos e ao uso das tecnologias disponíveis. Portanto, ressalta-se que o domínio do conteúdo é imprescindível, sendo uma condição essencial para o exercício da tutoria. Esta competência deve estar aliada à necessidade de dinamismo, visão crítica e global, capacidade para estimular a busca de conhecimento e habilidades com novas tecnologias de comunicação e informação.

Dessa forma, a tutoria não exige apenas um perfil profissional marcado por um currículo mínimo e experiência necessária; envolve também um conjunto de qualidades pessoais, competências e habilidades que potencializam a atuação do tutor, subsidiando as posturas e ações esperadas. Os tutores do curso serão vinculados por meio de processo seletivo específico.

4.7 Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar, composta por profissionais de diversas áreas, é responsável pelo planejamento, implementação e gestão dos processos pedagógicos, desempenhando um papel crucial na assistência pedagógica e técnica tanto aos docentes formadores quanto aos tutores ao longo do desenvolvimento do curso. Além disso, a equipe oferece suporte integral aos estudantes, abordando tanto os aspectos pedagógicos quanto o uso de tecnologias e recursos educacionais essenciais para a educação a distância. Abaixo, apresenta-se um resumo da composição da equipe multidisciplinar do curso.

Quadro da Equipe Multidisciplinar

Nome	Formação e Titulação	Atuação	Regime de trabalho
Alberto Leal da Paixao	Mestrando	Programador Visual	40h
Ana Patrícia Frederico Silveira	Doutora	Coordenadora Adjunta UAB	20h
Angela Maiane de Macedo Damasceno	Especialista	Pedagoga	40h
Cícero Thiago Gomes dos Santos	Doutor	Professor Conteudista UAB	20h
Eduardo Medeiros Magalhães	Graduando em Engenharia da Computação / Estagiário	Técnico de Tecnologia da Informação	30h
Eliza Georgina Nogueira Barros de Oliveira	Mestra	Técnica em Assuntos Educacionais	40h
Eudis Oliveira Teixeira	Doutor	Coordenador Geral UAB	40h
Letícia Vitória Santos Mendes	Graduanda em Jornalismo / Estagiária	Comunicação	20h
Maria Eva dos Santos Pinheiro	Especialista	Técnica em Secretariado	40h
Max Robson de Oliveira Santos	Graduando em Licenciatura em Computação / Estagiário	Pedagógico	30h

Observação: As atribuições específicas dos membros da equipe multidisciplinar são detalhadas em um Plano de Ação específico.

5. INFRAESTRUTURA

5.1 Infraestrutura física

O curso está vinculado aos campi Salgueiro e Santa Maria da Boa Vista, no âmbito do IFSertãoPE, que oferecem toda a infraestrutura física e tecnológica necessária para apoiar os discentes e docentes. Além dos campi gestores, o curso também dispõe da infraestrutura da Diretoria de Educação a Distância (DEaD), que é responsável pelo planejamento, bem como pela organização e pela promoção das diretrizes e atividades educacionais na modalidade de ensino a distância da instituição. A DEaD mantém infraestrutura física para apoio administrativo, pedagógico, técnico e de formação continuada, incluindo um estúdio de gravação e produção audiovisual na Reitoria.

O estúdio de gravação audiovisual implantado pelo IFSertãoPE é uma importante tecnologia para a produção de materiais didáticos de alta qualidade para os cursos EaD. Com esse estúdio, é possível produzir vídeos, *podcast* e transmissões ao vivo com excelente qualidade de imagem e som, o que é fundamental para garantir uma boa experiência de aprendizado para os alunos.

5.1.1. Polos de apoio

Em colaboração com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o IFSertãoPE faz uso de polos de apoio presencial¹ credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em parceria com órgãos municipais e outras instituições colaboradoras. Os polos são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes - estabelece diretrizes que preconizam a disponibilidade de instalações adequadas nos Polos de Apoio Presencial. Tais instalações devem incluir áreas administrativas,

¹ Os polos UAB podem ser tipificados como efetivos ou associados. Considera-se polo efetivo quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal. Considera-se polo associado quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente se localiza em um campus de uma IES. Para implantar ou manter um Polo UAB, a instituição interessada deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente às suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Ressalta-se que os espaços disponíveis no Polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes. Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por: computadores em número adequado para atender ao quantitativo de estudantes que se pretende atender no Polo; conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo; ferramentas pedagógicas tais como data-show; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

como coordenação e secretaria, além de instalações sanitárias acessíveis. Adicionalmente, é necessário providenciar recursos de apoio, como laboratórios de informática e bibliotecas físicas. É fundamental também disponibilizar ambientes acadêmicos, como salas de aula e, se necessário, laboratórios pedagógicos.

A definição dos polos de apoio presencial UAB para a oferta do curso se dará no Sistema Integrado da Capes - Sicapes, durante o processo de cadastro das propostas do curso, em conformidade com os termos pré-estabelecidos em legislação específica. Além dos polos de apoio presencial UAB, o curso contará com outras instalações e equipamentos, incluindo toda a infraestrutura dos campi aos quais o/a estudante tiver sua matrícula vinculada.

5.1.2. Campus Salgueiro

O campus Salgueiro do IFSertãoPE foi implantado em 2010, localizado na Rodovia BR 232, Km 508, s/n, na zona rural do município de Salgueiro-PE. O Campus consta de uma área construída de aproximadamente 6.000 m², onze salas de aulas, dez laboratórios e uma biblioteca. O prédio do IFSertãoPE, Campus Salgueiro, cumpre o Decreto 5.269/04, que “[...] estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

O Campus conta com uma área total de 95,55 hectares, sendo aproximadamente 6.010 m² de construção, ele possui 1.610m² destinados ao setor administrativo e 3.195m² para laboratórios e salas de aula. A estrutura física é composta por um auditório, uma sala de professores, nove salas de aulas, uma sala de videoconferência, uma unidade de assistência médica e nutricional, uma unidade de acompanhamento psicológico, uma biblioteca, uma cantina e 12 laboratórios.

O prédio do IFSertãoPE, Campus Salgueiro, cumpre o Decreto 5.269/04, que “[...] estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”. O referido Campus dispõe de instalações físicas com rampas de acesso, corrimões nas escadas, banheiros adaptados com barras e portas com largura adequada. Estará disponível, também, uma área especial para embarque e desembarque de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Dessa forma, propicia aos portadores de necessidades especiais, condições básicas de acesso ao ensino – garantindo a educação como direito de todos e obrigação do Estado.

Estão disponíveis no campus Salgueiro as seguintes instalações e equipamentos, que serão oferecidos aos docentes e discentes do Curso, bem como ao corpo técnico administrativo:

Dependência	Quantidade
Sala de Direção	2
Sala de Coordenações de Cursos	6

Sala de Professores	1
Hall para recepção de alunos	1
Setores Gerais (DAP, CGP, Registro Acadêmico, Assistência de Alunos, Almoxarifado, etc.)	7
Salas de aula	1

São disponibilizados ainda, pontos de acesso à internet *wireless*, em toda área do campus, para que a comunidade acadêmica desenvolva as atividades didáticas - aplicadas em sala de aula - através do uso dos seus equipamentos eletrônicos: *notebooks* e demais dispositivos móveis.

Além das salas citadas acima, foram construídas no ano de 2023, mais 333,00 m² referente ao Bloco específico para o Curso de Bacharelado em Engenharia civil, composto de mais 02 salas de aula, 01 Laboratório integrado, 01 sala de pesquisa e 01 sala de coordenação de curso. Ainda temos no referido Campus um Laboratório de prototipagem o *Labmaker* que conta com várias impressoras 3D, cortadora a laser tipo CNC, diversas ferramentas e kits de robótica, com uma área total de 73,70 m².

5.1.3. Santa Maria da Boa Vista

O Campus Santa Maria da Boa Vista dispõe de uma infraestrutura completa, incluindo equipamentos modernos, sistema de comunicação, biblioteca específica e recursos mobiliários adequados que garantem o suporte necessário ao desenvolvimento do Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, além de favorecer o envolvimento dos alunos em atividades multidisciplinares em diversos espaços físicos, conforme descrito a seguir.

Instalações Físicas no âmbito do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE
Auditório	1
Banheiros	6
Biblioteca	1
Instalações administrativas	8
Laboratórios	8
Salas de aulas	9
Salas de coordenação	1

Salas de docentes	1
Ginásio poliesportivo	1
Banheiros acessíveis	5

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023

5.2 Infraestrutura digital

Para a oferta do curso, é importante a garantia de uma estrutura mínima que possibilite o suporte necessário ao percurso formativo do/a estudante. Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância em parceria entre a RFEPCT e a Capes/UAB, tendo o Lantec-Prosa/UFSC como centro responsável pela produção de materiais didáticos digitais a serem utilizados no curso.

O Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE fará a customização, o gerenciamento de seu próprio AVA, executado em Ambiente Virtual *Moodle* e acessível por meio do link <https://ava.ead.ifsertoape.edu.br/>, e a migração dos materiais didáticos para esse ambiente, disponibilizando-os para os/as estudantes, seguindo orientações do Lantec-Prosa/UFSC, nos termos definidos pela parceria entre a IES e a Setec/MEC.

Para o gerenciamento e o acompanhamento do AVA, o Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE constituirá equipe de suporte técnico e pedagógico, que tratará da customização da plataforma e da organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas, conforme sugerido na seção Equipe Responsável deste PPC.

O *Moodle* se destaca como uma ferramenta eficaz de ensino-aprendizagem, integrando comunicação e interação em um ambiente estruturado para objetivos pedagógicos claros. Seus recursos favorecem a produção colaborativa, como a formação de grupos para troca de conhecimentos e o desenvolvimento de atividades, incluindo diário de bordo, lições, tarefas e exercícios.

A plataforma também oferece ferramentas específicas que estimulam a colaboração, como a *wiki*, e promove interações tanto assíncronas, por meio de mensagens e fóruns, quanto síncronas, com o uso de *chats*. Essas interações viabilizam discussões reflexivas sobre conteúdos e materiais, fortalecendo a cooperação entre docentes, tutores e alunos, e enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem.

A diretoria de Educação a Distância disponibiliza uma central de chamados EaD com objetivo de centralizar e de gerenciar as demandas específicas dos usuários dos cursos EaD. Essa central oferece um atendimento mais eficiente e personalizado aos alunos, técnicos administrativos e professores, facilitando a resolução de problemas e a solicitação de serviços relacionados à educação a distância.

Por meio da central de chamados, os usuários poderão solicitar certidões, declarações, pareceres pedagógicos, serviços de audiovisual, transmissões ao vivo e outras demandas específicas do curso. A central também conta com mecanismos para gerenciar as solicitações recebidas, como um sistema de triagem de chamados, acompanhamento em tempo real das solicitações e relatórios de desempenho.

Dentro da infraestrutura digital, destaca-se também o Portal EaD do IFSertãoPE, que centraliza todas as informações e serviços relacionados à Educação a Distância em um único ambiente. Esse portal facilita o acesso de servidores e alunos a informações essenciais sobre EaD e o curso, incluindo ambientes virtuais, normativas, fluxos de processo, programas, editais, seleções, repositório de materiais e outras funcionalidades.

5.3 Biblioteca Física e/ou Virtual

5.3.1. Campus Salgueiro

A Biblioteca do Campus Salgueiro funciona de segunda a sexta-feira em três turnos: 8h às 12h, 13h às 18h e das 19h às 22h. Seu espaço físico está distribuído em dois ambientes, perfazendo uma área total de 182,69 m². O ambiente dispõe de cabines para estudo individual; 01 (um) salão onde encontra-se o acervo com livre acesso aos usuários, mesas para estudos individualizados e em equipes e o balcão para recepção e empréstimo.

A biblioteca utiliza o sistema informatizado *Pergamum*, que possibilita o cadastro de novos usuários, consultas e reservas de livros, e acompanhamento do histórico de empréstimos. Na biblioteca são disponibilizados computadores com acesso à internet, tendo como principal finalidade o uso para pesquisas e elaboração de trabalhos escolares ou acadêmicos, possibilitando aos usuários acesso ao catálogo informatizado do acervo. Nesses computadores também é possível ter acesso gratuito aos portais de consulta a periódicos (CAPES e SCIELO). O acervo bibliográfico desta Instituição se propõe, portanto, a atender ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O procedimento de empréstimos é por tempo determinado mediante cadastro prévio, limitado a 3 (três) exemplares, que prevê um prazo máximo de 7 (sete) dias para os alunos e técnico-administrativos, e 15 (quinze) dias para professores, com a possibilidade de até 5 (cinco) renovações consecutivas, caso não haja solicitação de reservas. Ficará sempre disponível pelo menos 1 (um) exemplar para consultas no próprio Campus. O acervo bibliográfico desta Instituição se propõe, portanto, a atender ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A biblioteca do campus Salgueiro do IFSertãoPE, através de suas instalações, acervo, recursos humanos e dos serviços oferecidos aos seus usuários, conforme orienta o seu regimento, tem como objetivos:

- Ser um centro de informação capaz de dar suporte informacional ao processo ensino-aprendizagem;
- Incentivar a pesquisa e promover a democratização do conhecimento;
- Cumprir sua função social de disseminar a informação junto à comunidade interna promovendo atividades culturais nas diversas áreas do conhecimento.

Os ambientes da biblioteca são compostos pela área administrativa, onde ocorre o processamento técnico do acervo; sala de informática com 9 computadores, sendo 6 com acesso à internet, e 4 cabines para estudos individuais. O acervo possui uma média de 4.000 exemplares de livros e periódicos em diversas áreas do conhecimento, além de materiais especiais em Braille, para atendimento ao público com deficiência visual. Serviços oferecidos:

- Empréstimo domiciliar;
- Empréstimo interbibliotecário;
- Reserva de livros;
- Levantamento bibliográfico;
- Boletim de novas aquisições;
- Normalização de trabalhos conforme a ABNT;
- Atividades culturais.

5.3.2. Santa Maria da Boa Vista

A Biblioteca é totalmente informatizada com o Sistema *Pergamum* de gerenciamento de acervo, onde é possível realizar consultas, renovações e reservas *on-line*. Além disso, é oferecido o acesso ao Portal Periódico Capes. Os serviços oferecidos são: empréstimo domiciliar, empréstimo inter-bibliotecário, consulta *on-line*, reserva de livros, levantamento bibliográfico, treinamento em fontes de informação, boletim de novas aquisições, treinamento de usuários e atividades culturais. É composta pelos ambientes:

- Administrativo - onde ocorre o processamento técnico do acervo;
- Sala informatizada com 3 computadores e capacidade de instalação de mais 7 unidades com acesso a internet;
- Espaço para leitura em grupo e individuais, climatizada e adequadamente iluminada;
- Acervo será composto de acordo com a bibliografia das ementas e necessidades extras do curso.

5.4 Atendimento Educacional Especializado - AEE

O atendimento aos direitos das pessoas com deficiência, com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) ou altas habilidades/superdotação exige recursos e estratégias específicas. Após o ingresso de estudantes da educação especial ou

com transtornos funcionais específicos, como dislexia, discalculia e TDAH, a Diretoria de Educação a Distância (DEaD) deve notificar o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do campus correspondente. Juntos, esses setores realizam entrevistas para identificar as necessidades de suporte e adequações pedagógicas que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Para garantir acessibilidade e suporte adequados, é imprescindível contar com profissionais especializados em educação especial, como tutores de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esses profissionais, sob uma perspectiva inclusiva, devem acompanhar e desenvolver atividades pedagógicas adaptadas às necessidades específicas dos estudantes. Também é fundamental oferecer atendimento individualizado, promover adaptações de materiais e atividades, e garantir suporte tanto no ambiente virtual de aprendizagem quanto no polo presencial.

O objetivo é assegurar o acesso de todos os estudantes a conteúdos, materiais pedagógicos e adequações no ambiente virtual de aprendizagem, especialmente no *Moodle*. Essa abordagem integrada fortalece a construção de um ambiente educacional inclusivo e equitativo, promovendo o aprendizado e o desenvolvimento de todos os educandos.

5.5 Acessibilidade

O Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), em cumprimento à sua Política de Inclusão para pessoas com deficiência, instituiu os Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), presentes em todos os campi. Esses núcleos desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e da acessibilidade em diversos aspectos institucionais, garantindo que as pessoas com deficiência tenham suas necessidades atendidas.

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD), em parceria com os NAPNEs, atua para assegurar a acessibilidade em diferentes dimensões, abrangendo infraestrutura e recursos pedagógicos, como conteúdos, informações, materiais didáticos, comunicações e equipamentos utilizados nos processos de ensino. No âmbito do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), a DEaD realiza estudos e desenvolve objetos pedagógicos, além de integrar recursos que facilitem o acesso de pessoas com deficiência visual, auditiva, mobilidade reduzida e outras condições, promovendo a inclusão de todos os envolvidos nos processos pedagógicos. É igualmente essencial estender essas melhorias aos demais sistemas virtuais utilizados pela DEaD, como o Sistema de Controle Acadêmico e as bibliotecas virtuais.

A acessibilidade, em seu sentido mais amplo, deve ser garantida em todos os espaços, sejam eles virtuais ou físicos, atendendo às demandas dos membros da comunidade do IFSertãoPE. Essa perspectiva inclui o suporte dos serviços de Assistência Social, Psicológica e Assessoria Pedagógica. No contexto da DEaD, a Assessoria Pedagógica, atua junto aos NAPNEs dos campi ofertantes, às

Coordenações de Cursos e diretamente com os estudantes, reforçando o compromisso institucional com a inclusão e a equidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Disponível:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Disponível:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm

Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Disponível:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Disponível:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm

Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação a Distância no Brasil. **Disponível:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm

Instrução Normativa Nº 6, de 22 de dezembro de 2020. Estabelece normas para organização de Projetos Integradores nos cursos regulares do IFSertãoPE. **Disponível:** https://ifsertoape.edu.br/wp-content/uploads/2024/01/instrucao_normativa_6_2020.pdf

Instrução Normativa Nº 11, de 19 de agosto de 2021. Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração, produção e distribuição de material didático para cursos livres e regulares na modalidade a distância no âmbito dos Campi e polos vinculados ao IFSertãoPE. **Disponível:** https://ifsertoape.edu.br/wp-content/uploads/2024/01/instrucao_normativa_11_2021.pdf

Instrução Normativa Nº 17, de 29 de setembro de 2022 Estabelece as diretrizes para oferta de carga horária na modalidade EaD nos cursos presenciais da EPT de Nível Médio e em cursos de Graduação do IFSertãoPE, regula que, nos cursos presenciais. **Disponível:** <https://ifsertoape.edu.br/wp-content/uploads/2024/01/Instruc%CC%A7a%CC%83o-Normativa-n.o-17.pdf>

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Disponível:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Disponível:**
https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Disponível:**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Disponível:**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm

Lei 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. **Disponível:**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/////Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm

Lei Nº 12.287, de 13 de Julho de 2010. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte. **Disponível:**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/////Ato2007-2010/2010/Lei/L12287.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.287%2C%20DE%2013.%C2%A7%20o%20do%20art.

Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Disponível:**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

Lei Nº 13.146, 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Disponível:**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Disponível:**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm#art7

Manual para gestão acadêmica dos cursos de graduação do Ifes/Aldieris Braz Amorim Caprini ...[et al.]. – Vitória: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2020. 153 p. : il. **Disponível:**
<https://proen.ifes.edu.br/images/stories/diretoria-graduacao/Manual-de-Gestao-Academica-da-Graduacao.pdf>

Resolução CNE/CEB Nº 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece diretrizes nacionais para a organização e a realização de estágio de alunos da educação profissional e

do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação especial e de educação de jovens e adultos. **Disponível:** <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf>

Resolução CNE/CP N° 1, de 17 de junho de 2004. Institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. **Disponível:** <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

Resolução N° 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Disponível:** http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf

Resolução N° 4, de 6 de abril de 2009. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. **Disponível:** http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces004_09.pdf

Resolução N° 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Disponível:** http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf

Resolução CNE/CP N° 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental. **Disponível:** http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192

Resolução CNE/CP N° 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Disponível:** http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192

Resolução CNE/CES N° 7, 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências. **Disponível:** https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808

Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Disponível:** http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file#:~:text=%20CONHECIMENTO.%20*%20PR%C3%81TICA.%20*%20ENGAJAMENTO.

Resolução N° 7 do Conselho Superior, de 04 de março de 2021. Aprova o Regulamento de Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF SERTÃO-PE. **Disponível:**

<https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/Consup/2021/3.Marco/Resoluo%20n%2007.2021.pdf>

Portaria Normativa do MEC Nº 11, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. **Disponível:** http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66441-pn-n11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf&category_slug=junho-2017-pdf&Itemid=30192

Portaria do MEC Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. **Disponível:** <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-no-1-134-de-10-de-outubro-de-2016-22055503-22055503>

Portaria do MEC Nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. **Disponível:** <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>

Resolução nº 58 do Conselho Superior, de 01 de dezembro de 2022. Aprova a atualização periódica do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFsertãoPE. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/wp-content/uploads/2024/01/clique-aqui.1.pdf>